

25 de Abril

COMUNIDADES PORTUGUESAS

Publicação mensal da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração

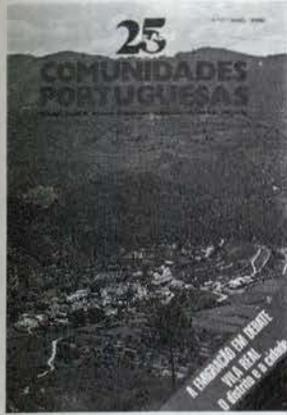


A EMIGRAÇÃO EM DEBATE
VILA REAL
O distrito e a cidade

EMISSÕES DE RÁDIO PARA PORTUGUESES NO ESTRANGEIRO

RADIODIFUSÃO PORTUGUESA — Departamento de Programas Internacionais
— Horário das Emissões (em língua portuguesa)

DESTINOS	Horas (TMG)	Frequências (KHz)	C. onda (metros)	DESTINOS	Horas (TMG)	Frequências (KHz)	C. onda (metros)	
Venezuela (Segunda-feira a sábado)	00.00-02.30	11 875	25	Angola (Segunda-feira a sábado)	11.30-12.00	21 700 17 880	13 16	
	(Domingos)	14.30-18.00 00.00-02.30	21 700 11 875		13 25	19.30-20.00	15 340 17 880	19 16
Estados Unidos da América, Canadá e Frota Bacalhoeira (Leste) (Todos os dias)	01.00-03.00	11 935 6 025	25 49	(Domingos)	11.30-12.00	21 700 17 880	13 16	
	(Oeste)	03.30-05.00	11 935 6 025	25 49	18.45-19.30	15 340 17 880	19 16	
Europa (Segunda a sexta-feira)	04.00-06.00	6 025 6 185 9 740	49 48 30	14.30-18.00	21 700	13		
	18.30-20.30	6 025 9 740	49 30	Moçambique (Segunda-feira a sábado)	12.00-12.30	21 700 17 880	13 16	
	(Domingos e sábados)	08.00-18.00	6 025 11 800 9 740		49 25 30	20.00-20.30	15 340 17 880	19 16
	18.30-20.30	6 025 9 740	49 30	(Domingos)	12.00-12.30	21 700 17 880	19 16	
Macau, Timor e Austrália (Segunda-feira a sábado)	09.55-10.55	21 700 21 735	13 13	19.30-20.15	15 340 17 880	19 16		
	(Domingos)	09.25-10.55	21 700 21 735	13 13	14.30-18.00	21 700	13	
S. Tomé e Príncipe (Segunda-feira a sábado)	11.00-11.30	21 700 17 880	13 16	Guiné e Cabo Verde (Segunda-feira a sábado)	13.30-14.00	21 495	13	
	(Domingos)	19.00-19.30	15 340 17 880		19 16	20.30-21.00	15 125	19
	11.00-11.30	21 700 17 880	13 16	(Domingos)	13.30-14.00	21 495	13	
	18.00-18.45 14.30-18.00	17 880 15 340 21 700	16 19 13	20.15-21.00 14.30-18.00	15 125 21 700	19 13		
Brasil (Segunda-feira a sábado)	22.30-01.00	11 790 11 840	25 25	Índia (Segunda-feira a sábado)	15.00-15.45	17 895	16	
	(Domingos)	11.00-11.30	21 700 17 880		13 16	Brasil (Segunda-feira a sábado)	22.30-01.00	11 790 11 840
	18.00-18.45 14.30-18.00	17 880 15 340 21 700	16 19 13	(Domingos)	14.30-18.00		21 700 15 125	13 19
	22.30-01.00	11 790 11 840	25 25		22.30-01.00	11 790 11 840	25 25	



Passagem da Veiga da Cumeira na região de Vila Real

25^{de Abril} COMUNIDADES PORTUGUEAS

PUBLICAÇÃO MENSAL
DA SECRETARIA DE ESTADO
DOS NEGÓCIOS
ESTRANGEIROS
E DA EMIGRAÇÃO

Direcção

Director do Serviço
de Informação
e Apoio Cultural
da S. E. N. E. E.

Edição

Serviço de Informação
e Apoio Cultural
da S. E. N. E. E.

Sede

Ministério
dos Negócios Estrangeiros
Palácio das Necessidades
1.º Piso
Largo do Rilvas
Lisboa
Portugal
Telefs. 67 67 00/1/2

Composição e impressão

Mirandela & C.ª
Travessa Condessa do Rio, 7-9
Lisboa
Portugal

Colaboração fotográfica

ANOP
Direcção-Geral da Divulgação
Direcção-Geral de Turismo
«Diário de Notícias»
«A Capital»
Miranda Castela

PREÇO 30 ESCUDOS
N.º 27 / MAIO 78

Índice



Emigração e Apoio Cultural discutidos em Trás-os-Montes

- 3 COMEMORAÇÕES DO «25 DE ABRIL»
- 6 SEGUNDO ANIVERSÁRIO DA CONSTITUIÇÃO
- 9 SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE
- 12 ALGUNS DADOS HISTÓRICOS SOBRE O 1.º DE MAIO
- 14 ANIVERSÁRIO DA MORTE DE AMADEO DE SOUZA-CARDOSO
- 18 EMIGRAÇÃO E APOIO CULTURAL DISCUTIDOS EM TRÁS-OS-MONTES
- 24 VILA REAL DE TRÁS-OS-MONTES
- 30 ENTREVISTA COM O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VILA REAL
- 34 UNIÃO INTERPARLAMENTAR REUNIU EM LISBOA
- 38 A PARTICIPAÇÃO DE PORTUGAL NA EFTA
- 46 JOÃO LIMA VISITOU A COMUNIDADE PORTUGUESA NA VENEZUELA
- 52 CIRCUITO DE CINEMA DA SENE



COMEMORAÇÕES DO "25 DE ABRIL"

O 25 de Abril, Dia da Liberdade, foi festejado em todo o País, com cerimónias oficiais e manifestações populares, que assinalaram o quarto aniversário da revolução dos cravos

e da queda do regime do Estado Novo. Em Lisboa, as comemorações tiveram particular relevo com a sessão solene da Assembleia da República e o desfile militar em Belém,



Dois aspectos do desfile militar, em Belém

4 a recordar o levantamento das Forças Armadas em 25 de Abril de 1974. Nas Regiões Militares do Norte (Porto), do Centro (Coimbra), do Sul (Évora) e nas Regiões Autónomas

(Açores e Madeira), também se realizaram cerimónias militares que assinalaram a passagem do 25 de Abril. Paralelamente e para além das comemorações oficiais, tiveram lugar



«O movimento militar do 25 de Abril não tira a sua legitimidade das armas que o permitiram, mas sim da intenção democrática original que o País recebeu com entusiasmo e que o seu autêntico programa claramente estabelecia e impunha (...). O 25 de Abril marcou o encontro com a realidade das coisas que nenhum poder humano conseguiria evitar». (Do importante discurso pronunciado pelo Presidente da República na Assembleia da República)

Actuação de bandas filarmónicas na Praça dos Restauradores

SEGUNDO ANIVERSÁRIO DA CONSTITUIÇÃO

por todo o País, manifestações culturais, pedagógicas, artísticas e desportivas, promovidas quer por entidades oficiais (Secretarias de Estado da Cultura e da Comunicação Social,

Câmaras Municipais e FAOJ), quer por organizações populares (comissões de moradores e de trabalhadores, cooperativas, colectividades de recreio e de desporto).

5



Exibição de ranchos folclóricos no Terreiro do Paço



Dois imagens das provas de atletismo realizadas no âmbito das comemorações

SEGUNDO ANIVERSÁRIO DA CONSTITUIÇÃO



O presidente da Assembleia da República, Vasco da Gama Fernandes, ao intervir na sessão parlamentar dedicada à celebração do segundo aniversário da promulgação da Constituição da República Portuguesa

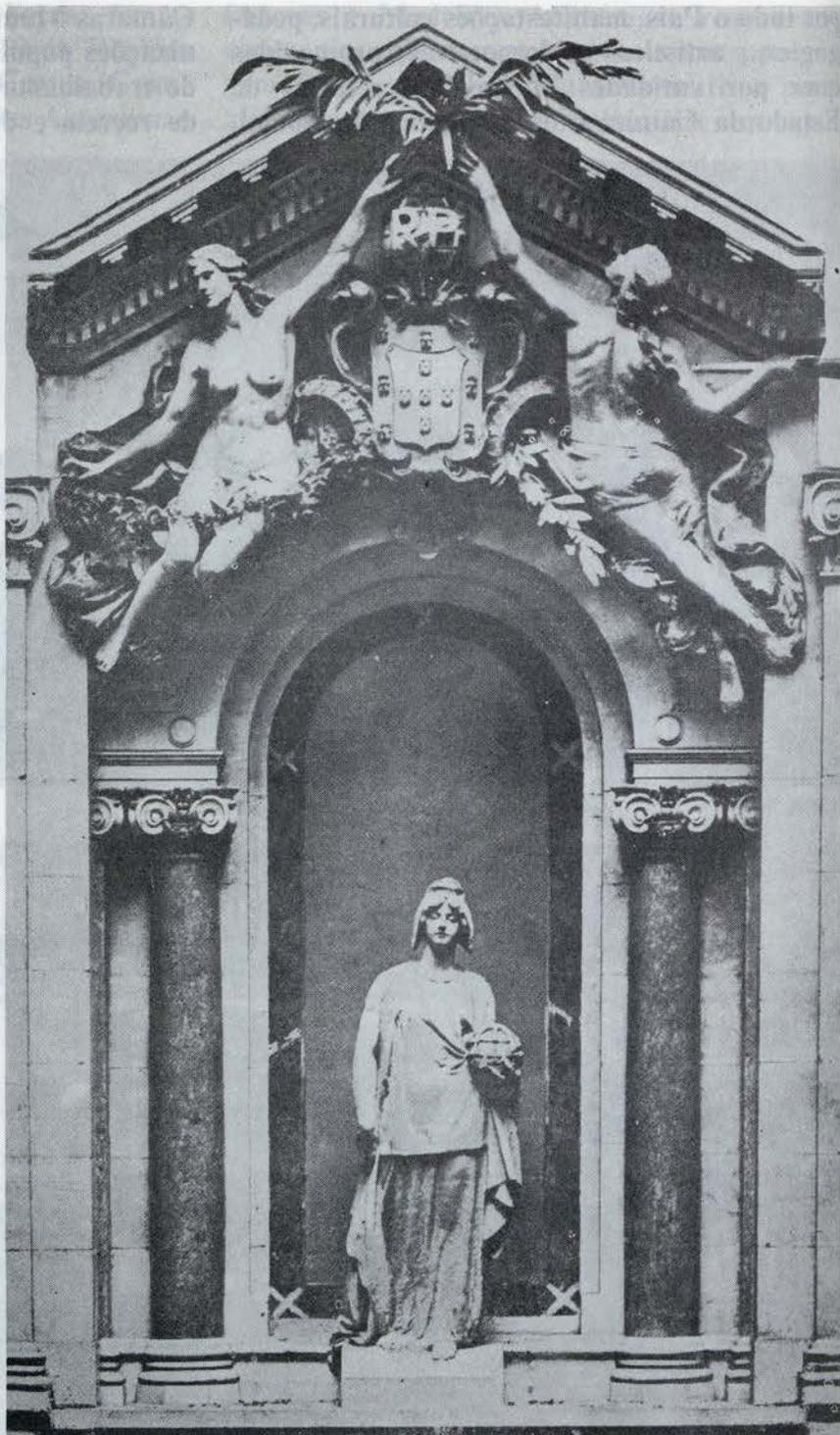
A Assembleia da República dedicou o período de antes da ordem do dia de uma das suas sessões plenárias, às celebrações do segundo aniversário da promulgação da Constituição da República.

Durante essa fase dos trabalhos parlamentares, deputados dos cinco partidos representados na Assembleia, explicitaram a actual posição de cada um daqueles agrupamentos políticos sobre a lei fundamental que rege o País, propondo, alguns, a sua revisão e atacando, outros, aqueles que advogavam a sua destruição.

Acácio Barreiros (UDP), o primeiro deputado a intervir, apelou para um reforço da vigilância popular contra os que se opõem às liberdades consagradas na Constituição e reclamam a revisão desta, afirmando, a dado passo: «Não nos deixemos intimidar pela arrogância da direita reacçãoária e do fascismo, pois essa arrogância tem muito de desespero e de impotência». O deputado da UDP referiu-se ainda ao calor e à alegria, ao fervor e confiança com que os lutadores intransigentes e revolucionários olham para a Constituição.

«NÃO EXISTEM DUAS CONSTITUIÇÕES»

Na sua intervenção, o deputado Jorge Leite (PCP), realçou as principais conquistas dos trabalhadores, a sua capacidade cria-



Estátua simbolizando a República, existente no hemicírculo do Palácio de São Bento e da autoria do escultor Anjos Teixeira

dora, o seu papel decisivo e insubstituível nas transformações económicas e sociais e acrescentou: «Por isso, comemorar a Constituição é, não só estar com os capitães de Abril e com as massas populares que, em estreita aliança, foram os motores das transformações operadas no seio da nossa sociedade, mas é também estar empenhado na defesa e realização do projecto constitucional». O deputado do PCP acentuou depois que não existem duas Constituições, mas que ela «é um todo coerente que foi tornado possível pela força e determinação das massas populares e das formações políticas e sociais democráticas e progressistas».

«REVER A CONSTITUIÇÃO»

Ribeiro e Castro, do CDS, que falou a seguir, expressou-se deste modo: «Rever a Constituição é efectivamente a melhor forma de a preservar. Quer para aqueles que oportunamente exprimiram e identificaram com franqueza as suas divergências, quer para aqueles que, com o decurso do tempo, foram também descortinando insuficiências ou deficiências que importa corrigir. Para uns e para outros, a Constituição é a Constituição, uma lei fundamental que deve naturalmente ser respeitada e que, por isso, ganha em se aperfeiçoar e se prolongar no tempo e não uma folha de papel selado, rígida e imutável, monolítica e intolerante para a divergência, central e irradiadora de uma imensa burocracia». O deputado centrista terminou dizendo que a globalidade do debate ideológico sobre a Constituição, condicionará «o rumo polí-

tico do país apenas à livre e constante escolha do seu povo, em lugar de procurar determinar de modo presciente o destino colectivo».

OS DESAJUSTAMENTOS E AS LEGÍTIMAS ASPIRAÇÕES

Por sua vez, Vilhena de Carvalho (PSD), historiou brevemente a génese do texto constitucional, referindo-se à dicotomia nítida ocorrida nestes dois anos de vigência constitucional entre as forças que tentaram liberalizar a Constituição e aquelas que propendem para a aplicar com uma «orientação marxista». Aquele deputado abordou ainda o problema da revisão constitucional a seu tempo, e sublinhou que, até essa data, conviria ir arrolando os seus desajustamentos e as legítimas aspirações do povo português, entre as quais incluiu «a necessária hegemonia do poder civil sobre o poder militar, com a caducidade definitiva do Conselho da Revolução, como órgão de democracia; a aclaração do sistema de governo e das funções do Presidente da República por forma a não se suscitarem dúvidas sobre se o regime constitucional é de sua natureza presidencial, semi-presidencial ou parlamentar; uma mais nítida definição do regime de autonomia das regiões insulares, de molde a corresponder correctamente aos anseios legítimos das populações portuguesas daquelas regiões; uma mais clara distinção entre os sectores público e privado da actividade económica que viabilize uma maior produtividade do sector público e faça renascer

uma maior confiança e estímulo ao sector privado da economia».

«A CONSTITUIÇÃO É UM COMPROMISSO»

Por último, interveio Salgado Zenha (PS), que a propósito da revisão constitucional, disse: «A Constituição é um compromisso de vivência democrática e de reconciliação nacional. Os compromissos honram-se, não se renegam. Isto sem prejuízo de, na devida oportunidade, os deputados que vierem a ser eleitos em 1980, procederem, nos próprios termos da Constituição, às revisões que em seu juízo forem julgadas aconselháveis». Acerca da dicotomia do poder referida anteriormente pelo deputado social-democrata, Salgado Zenha afirmou: «Em Portugal há um único poder que é o poder democrático do povo português, exercido através das instituições constitucionais por ele escolhidas. Não me parece adequado afirmar-se que há em Portugal dois poderes: um civil e outro militar. Civis e militares são todos portugueses e cidadãos, todos devem obediência às leis e órgãos do poder democrático do povo português, em que assume especial relevância o Presidente da República e esta Assembleia».

O Presidente da Assembleia, Vasco da Gama Fernandes usou também da palavra para acentuar que esta comemoração do segundo aniversário da Constituição constituía «uma hora transcendente da nossa vida nacional» que representava «o esforço de um povo humilde e sacrificado que soube bater-se em todas as trincheiras pela liberdade do seu país».



Acácio Barreiros (UDP); Jorge Leite (PCP); Ribeiro e Castro (CDS); Vilhena de Carvalho (PSD) e Salgado Zenha (PS)

NOVO CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO



O general Ramalho Eanes discursando na posse do novo Chefe do Estado-Maior do Exército, general Pedro Cardoso (à esquerda, na imagem)

O Presidente da República, general Ramalho Eanes, conferiu posse ao novo Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), general Pedro Cardoso, até ao momento responsável do grupo de trabalho encarregado da organização do Serviço de Informação da República (SIR), e que substituiu naquele cargo o coronel Rocha Vieira.

À cerimónia, que teve lugar no Estado-Maior do Exército, estiveram presentes o ministro da Defesa, coronel Firmino Miguel, conselheiros da Revolução, os chefes dos Estados-Maiores da Armada e da Força Aérea, o comandante da Região Militar de Lisboa e ainda muitos oficiais.

No discurso que pronunciou, o Presidente da República e comandante supremo das Forças Armadas, referiu-se demoradamente à relação entre as Forças Armadas e o regime político vigente.

REGIMES POLÍTICOS LEGÍTIMOS E ILEGÍTIMOS

A este propósito disse o general Ramalho Eanes: «Não há regime político que possa existir e subsistir sem exército. Há, no entanto, regimes políticos legítimos e ilegítimos. A legalidade reside na identificação permanentemente fiel e sensível com a Nação, aferida através do sufrágio universal directo e igualitário».

Em seguida, o Presidente da República afirmou que «o regime político tem o direito e o dever de se fazer obedecer pelas Forças Armadas» e sublinhou, a propósito, o seguinte: «Em regimes políticos legítimos, os exércitos servem os interesses perma-

nentes da Nação e não constituem instrumento de conquista ou de distribuição do Poder. Não tem sido assim, infelizmente, em Portugal.»

FORÇAS ARMADAS E PODER POLÍTICO

Depois de se ter debruçado sobre o passado recente (séculos XIX e XX) das relações entre o poder político e as Forças Armadas, o general Ramalho Eanes referiu-se concretamente ao 25 de Abril, afirmando: «A intervenção militar foi a consequência necessária da ilegitimidade e do fracasso dos dirigentes políticos, fracasso provado na sua incapacidade para encontrar solução para os problemas colonial, político e económico, apesar das Forças Armadas lhe terem assegurado tempo e campo de manobra indispensáveis». E tendo acrescentado que «as Forças Armadas realizaram uma intervenção militar que visa a instauração de um sistema democrático», o comandante supremo das Forças Armadas afirmou que esse projecto fora desvirtuado pela incapacidade de alguns militares e que as tentativas sistemáticas de conquista política tinham deixado «marcas profundas visíveis na nossa situação económica, na insegurança das instituições e, sobretudo, nas mentalidades», facto que obrigara as Forças Armadas a «continuar firmes e intransigentes contra tudo o que possa conduzir a perturbações da mesma natureza, seja qual for a sua orientação política».

Seguidamente, sublinhando a fase actual de recondução das Forças Armadas à hierarquia militar e a separação existente entre

elas e o poder político, o general Ramalho Eanes afirmou que «existe ainda uma relação demasiado estreita e equívoca entre a vida política e a força militar» e que «ainda não nos emancipámos dos erros de fundo de uma certa tradição histórica, cuja crítica é indispensável para a implantação segura e definitiva do sistema democrático em Portugal.»

O ACTUAL PERÍODO DE TRANSIÇÃO

A propósito do período de transição em que ainda se vive e que foi acordado com os dirigentes partidários, o Presidente da República afirmaria: «Sonham uns com um novo e bem diferente 25 de Novembro. A uns e outros saberão as Forças Armadas dar-lhes a resposta devida, porque sabem para onde vão e como devem ir.»

Dirigindo-se, por fim, ao general Pedro Cardoso, Ramalho Eanes repetiu as palavras que proferira em Julho de 1976, ao empossar o coronel Rocha Vieira, antecessor do novo Chefe do Estado-Maior do Exército: «Cabe a V. Ex.ª e a todo o Exército, muito em especial ao seu quadro permanente — oficiais, sargentos e praças — constituir-se em equipa disciplinada e coesa capaz de regular o Exército no sentido de o tornar apto a cumprir as missões que constitucionalmente lhe são cometidas, com um mínimo de despesa e um máximo de oportunidade e eficiência».

«CLARIFICAR O CONCEITO DE APARTIDARISMO»

Ao usar da palavra, o novo chefe do Estado-Maior do Exército salientou o esforço realizado pelo general Ramalho Eanes para restaurar a dignidade das instituições militares e pronunciou-se sobre a necessidade de uma clarificação do conceito de apartidarismo em relação ao Exército, afirmando: «Os quadros permanentes não podem ser filiados em partidos, nem podem desenvolver actividades partidárias ou militância fora das actividades publicitadas pelos partidos ou associações partidárias, mesmo legalmente constituídas».

O general Pedro Cardoso sublinhou ainda que deseja «manter o Exército esclarecido politicamente, mas com os seus elementos afastados da competição partidária», e afirmou, a terminar, a sua total confiança nos comandantes de região, directores de armas e serviços e Estado-Maior.

O SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE

Entrou finalmente numa fase de arranque o Serviço Nacional de Saúde (SNS). O ministro dos Assuntos Sociais, António Arnaut apresentou em conferência de imprensa o anteprojecto das bases do SNS, que antes tinha sido facultado aos Conselhos Regionais da Ordem dos Médicos, aos sindicatos interessados e, ainda, às entidades oficiais e aos cinco partidos com assento na Assembleia da República. Segundo afirmou o ministro, «uma velha aspiração dos portugueses, para quem a doença representa o espectro do infortúnio, começa a tomar corpo e está em vésperas de se transformar em realidade».

A criação do Serviço Nacional de Saúde e a sua implantação que, presentemente, está a ser acelerada em alguns distritos — Bragança, Vila Real, Guarda e Beja — constitui um compromisso que o Ministério dos Assuntos Sociais assumiu perante a Assembleia da República. Três meses antes de terminar o prazo estabelecido, o ministro dos Assuntos Sociais fez a apresentação do anteprojecto das Bases do Serviço Nacional de Saúde e colocou-o, durante trinta dias, ao dispor da opinião pública «nos campos e nas escolas, nas fábricas e nos hospitais», para que seja discutido e criticado.

António Arnaut acentuaria, a propósito deste documento que «o povo português, a classe médica e, em geral, todos os trabalhadores da saúde pública, poderão verificar que, ressalvadas muitas imperfeições, o anteprojecto é inspirado pelo desejo sincero de servir o povo, criando um sistema eficaz de protecção à saúde, humanizando a medicina e dignificando os utentes e os trabalhadores do sector».

«O PRIMEIRO PASSO FOI DADO»

Depois de ter referido que a Constituição reconhecia «o direito de todos à saúde, mediante a criação de um Serviço Nacional», o ministro dos Assuntos Sociais salientou que o projecto agora apresentado publicamente para apreciação de todas as pessoas interessadas, «deve ser assumido colectivamente pelo povo português a quem se destina».

«Não constitui, nem pretende constituir obra acabada. Trata-se antes de uma base de trabalho que deverá ser aperfeiçoada e enriquecida pelo contributo indispensável da discussão democrática dos cidadãos e entidades interessadas», disse ainda António Arnaut.

Entretanto e paralelamente a esta discussão aberta da qual poderão surgir alte-

rações de fundo ou de forma, está a ser ultimado um outro projecto de diploma relativo às carreiras médicas do pessoal do SNS.

Por outro lado, deve acrescentar-se que o projecto foi já oficialmente lançado em Beja e em Vila Real, prevendo-se que a sua implantação seja um facto, nesses distritos e nos de Bragança e Guarda, até ao fim do corrente ano. O ministro ao afirmar que «o primeiro passo foi dado», apelou para o indispensável apoio e salientou que o SNS, por falta de capacidade financeira, será primeiramente experimentado nos quatro distritos-piloto mencionados, para depois, numa segunda fase, ser alargado a outros distritos mais carecidos no aspecto de assistência.

O custo de um Serviço Nacional de Saúde destinado a cobrir todo o País, foi calculado pelos responsáveis em cerca de

vinte e dois milhões de contos. Não é possível, porém, adiantar nesta data, o custo da montagem nos quatro distritos-piloto.

O ANTEPROJECTO

Elaborado por um grupo de trabalho num tempo recorde, o anteprojecto contendo as bases jurídicas, técnicas, administrativas e financeiras, depois de ser discutido publicamente, será levado à aprovação da Assembleia da República.

O documento contém uma nota preliminar sobre a política da «saúde dos indivíduos e das populações», a qual se insere no planeamento político geral e no desenvolvimento económico e sócio-cultural. Adverte em seguida que os serviços de saúde existentes não serão encerrados, mas sim reformulados e implantados na estru-



António Arnaut, ministro dos Assuntos Sociais

O SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE

CHIEFE DO ESTADO MAIOR DO EXERCITO



A Constituição reconhece «o direito de todos à saúde, mediante a criação de um Serviço Nacional»

tura básica agora concebida, de modo a torná-los mais eficazes.

Do articulado, em que se destacam as disposições gerais, os direitos dos utentes, os cuidados da saúde, a organização e funcionamento do SNS, o estatuto do pessoal, o financiamento e a articulação com o sector privado da saúde, apresentamos a seguir um pequeno resumo.

- Ao SNS, de carácter universal e cobrindo todo o território nacional, têm acesso, em igualdade de circunstâncias, todos os cidadãos, independentemente da sua condição económica e social.

- O seu objectivo é assegurar o direito à protecção da saúde, mediante uma rede de serviços sob comando unificado. O SNS é, em princípio, gratuito, sem prejuízo de haver taxas moderadas destinadas a racionalizar o acesso ao serviço. Será completamente gratuito para crianças até aos cinco anos, mulheres em período de gravidez e pós-parto, maiores de 65 anos, deficientes e titulares de pensão social. As restrições serão impostas consoante o limite dos recursos humanos, técnicos e financeiros, disponíveis.

- O médico será escolhido à vontade, nas condições atrás referidas, podendo todavia recusar a assistência, salvo em caso de urgência.

- A medicina privada, garantida à população em dispositivo complementar, será mantida livre ou em regime de convenção.

- Os utentes do SNS têm direito a cuidados médicos de clínica geral e especialidades; cuidados de enfermagem; internamento hospitalar; elementos complementares de diagnóstico e tratamentos especializados (incluindo termas); suplementos alimentares dietéticos; produtos medicamentosos; próteses, ortóteses e outros aparelhos complementares terapêuticos e, ainda, a serviços de apoio social.

- Os referidos direitos são assegurados pelos estabelecimentos e serviços da rede oficial do SNS, por entidades do sector privado em base contratual e por reembolso directo dos utentes.

- Os direitos compreendem cuidados primários (de clínica geral, materno-infantil, escolares e domiciliários); de especialidades (olhos, dentes, nariz, ouvidos e garganta e saúde mental); certos internamentos; saúde ocupacional e higiene do meio ambiente e cuidados de enfermagem, incluindo a visita domiciliária. Os cuidados diferenciados incluem internamento hospitalar e consultas externas de especialidade.

- São considerados utentes todos os indivíduos que residam nas áreas em que o serviço for sucessivamente implantado.

ENERGIA : PRODUÇÃO E CONSUMO

Apesar de ter aumentado ultimamente a produção de energia eléctrica, o País enfrenta uma situação preocupante, se consideramos as perspectivas que hoje se põem, quanto à produção e ao consumo de energia. Sendo a energia um dos sectores-chave da economia de um país, outras fontes energéticas têm que ser descobertas e utilizadas, para que os portugueses possam encarar o futuro com maior tranquilidade.

Os resultados obtidos no ano de 1977, no sector da produção hidráulica de energia eléctrica, são bastante animadores, se os compararmos com os valores de 1976: registou-se um aumento de 107,5 por cento.

Este acréscimo, que se deve especialmente a uma queda de chuva muito maior que no ano anterior — o último ano de seca que obrigou à restrição de consumos — deu origem a que a produção de base de energia do sistema electro-produtor da EDP (Electricidade de Portugal) aumentasse para o dobro do ano anterior: quase dez mil GWH, quando em 1976 tinham sido produzidos apenas 4733 GWH.

Ao mesmo tempo, a produção térmica — que completa as necessidades de consumo — desceu para três mil GWH, ou seja menos 32,4 por cento, o que significa uma economia apreciável nos combustíveis utilizados nas centrais térmicas de Portugal: na Tapada do Outeiro que é alimentada a carvão, na Central do Carregado que trabalha a fuelóleo e na do Alto da Mira que funciona a gásóleo.

Um outro dado confirma os bons resultados obtidos: apesar do consumo global do país ter aumentado em 13,3 por cento (em relação a 1976), exportaram-se, no ano de 1977, quase mil GWH, ao contrário do ano anterior, em que houve necessidade de importar mais de 1800 GWH.

A SITUAÇÃO NO FUTURO

Entretanto, embora as reservas hídricas das albufeiras destinadas à produção de energia se mantenham nos valores quase máximos da sua capacidade, a situação futura, discutida no «Seminário de Informação sobre Problemas Energéticos», em Março do ano passado, e a carência de recursos para satisfazer as necessidades do País previstas para 1985, não é de molde a deixar-nos tranquilos.

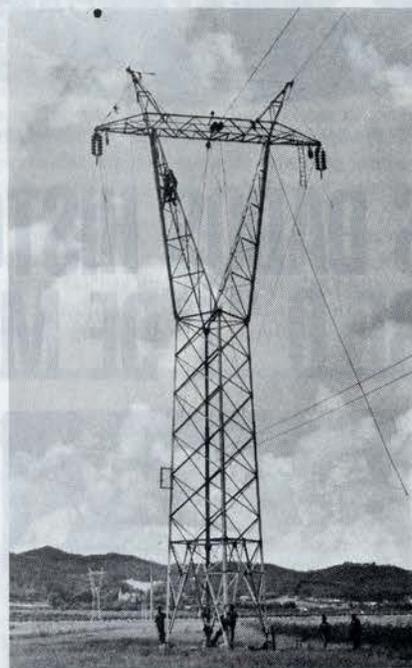
No próximo ano, segundo os elementos distribuídos pela EDP, o sistema produtor de energia da rede de serviço público poderá garantir ao país uma potência total de ponta de 3325 MW, (cabendo 2085 MW ao sis-

tema hidroeléctrico e 1240 MW ao sistema térmico), produção considerada suficiente para as necessidades do consumo previstas para essa data (16 mil GWH).

Mas se vier a concretizar-se o desejado relançamento económico e se a previsão de consumo de energia para os anos seguintes de confirmar, então serão necessários quase 16 500 GWH em 1980 e muito mais em 1985: um total de quase 24 mil GWH. Daqui se conclui que se torna urgente descobrir novas fontes de energia.

NOVAS FONTES DE ENERGIA

Para dar uma resposta parcial às necessidades acima descritas, encontram-se numa fase adiantada de construção vários



empreendimentos hidroeléctricos, os quais, na sua maior parte, entrarão em serviço até ao ano de 1986.

Apresentamos a seguir a contribuição de cada um deles para o reforço de produção energética.

Em 1978, para além da entrada em actividade do escalão de Setúbal (com a potência de 250 MW) e da Central do Barreiro (potência de 72 MW), ambas de tipo térmico, conta-se que entre também em funcionamento o escalão de Setúbal II (potência de 250 MW) e a central hidroeléctrica

da barragem da Aguieira (potência de 300 MW).

Até ao ano de 1981, prevê-se que estejam a funcionar os escalões de Setúbal III e IV (ambos de 300 MW) e o do Pocinho, no rio Douro (potência de 250 MW). Outro escalão do rio Douro, o de Crestuma (potência de 220 MW) deverá entrar em serviço no ano de 1982.

A partir desta data não foram tomadas ainda decisões definitivas, como no caso do empreendimento da barragem do Alqueva, para o qual não foi definida a opção fundamental: se é um empreendimento destinado sobretudo à agricultura, se, ao contrário, é destinado principalmente à produção de energia.

Quanto ao aproveitamento das lenhites de Rio Maior, sabe-se apenas que se tal empreendimento for executado, poderá contribuir com 170 MW, em 1984. Esta central térmica, projectada para a boca da mina (potência de 125 MW), exigirá um investimento de 3,5 milhões de contos e dará uma produção de 750 GWH, o equivalente a um pouco mais de metade do aumento médio anual previsto para o consumo de electricidade do País.

APROVEITAMENTOS HIDROELÉCTRICOS

Neste momento, em ordem a contribuir para satisfazer as necessidades presentes e futuras, estão previstos ou em execução, cinco empreendimentos: o de Sela, no Minho Internacional, a explorar em conjunto com a Espanha (ver nota); o de Lindoso, no Alto Lima, já analisado em Conselho de Ministros; o de Crestuma, no rio Douro; e os aproveitamentos do Alqueva e da Rocha da Galé, no rio Guadina.

Acontece, porém, que os dois primeiros, de finalidade quase exclusivamente hidroeléctrica, estão sujeitos a negociações com a Espanha, não se prevendo ainda o começo das obras. Os últimos três aproveitamentos, por seu lado, encontram-se ligados a outros problemas não resolvidos: o da navegabilidade do rio Douro (Crestuma) e o da rega do Alentejo (caso de Alqueva e da Rocha da Galé).

Estes aproveitamentos garantirão a seguinte produção anual de energia: Lindoso, 460 GWH; Rocha da Galé, 270 GWH; Crestuma, 220 GWH; Alqueva, 190 GWH; e Sela (Minho), 130 GWH. Comparando o total destes valores com o aumento previsto para 1986, conclui-se que serão insuficientes para as necessidades do consumo. É pois urgente descobrir outras fontes de energia.



O célebre massacre de Chicago, em 1886, segundo gravura da época: a polícia disparou sobre a multidão que assistia a um comício de operários, depois da explosão de uma bomba

ALGUNS DADOS HISTÓRICOS SOBRE O "1º DE MAIO"

O 1.º de Maio, jornada internacional do trabalhador, tem uma história própria que remonta há quase cem anos, representando em si a unidade e a fraternidade entre todos os trabalhadores do mundo, independentemente de credos religiosos, raças ou nacionalidades, em prol da justiça social e contra todo o tipo de prepotências exercidas sobre os seus legítimos direitos.

Foi em 1888 que a Federação Americana de Trabalho estabeleceu que, neste dia, seria realizado um movimento, sob forma de greve, a favor da redução da jornada de trabalho para 8 horas. A escolha, inicialmente arbitrária, tornou-se depois permanente e internacionalizou-se, como resul-



Um mineiro americano fala aos seus companheiros de trabalho, defendendo uma greve contra a redução de salários (fragmento de uma gravura de 1870)

tado directo das perseguições e massacres sofridos pelos trabalhadores americanos, durante as manifestações públicas.

UM PROGRAMA POLÍTICO

Durante vários anos o 1.º de Maio foi um dia de luto para os trabalhadores. Dezenas de mortos e feridos constituíam o preço destas comemorações nos seus primeiros anos, nas cidades industriais dos EUA. Mas, finalmente, venceu a solidariedade de classe. Quanto maior era a repressão policial, maior se tornava a amplitude do movimento reivindicativo e de solidariedade. Os trabalhadores, nesse dia que simbolizava a sua data máxima, traziam para a rua as reivindicações mais prementes, especialmente as de carácter económico e social que, com o rodar dos tempos, acabaram por se transformar em programa político.

A grande repercussão que o 1.º de Maio obteve em todos os países, determinou, de forma definitiva, que esta comemoração

ANIVERSÁRIO DA MORTE DE AMADEU DE SOUSA- -CARDOSO

14



O último atelier de Amadeo de Souza-Cardoso em Paris; Amarante: vila natal de Souza-Cardoso; Um retrato do artista

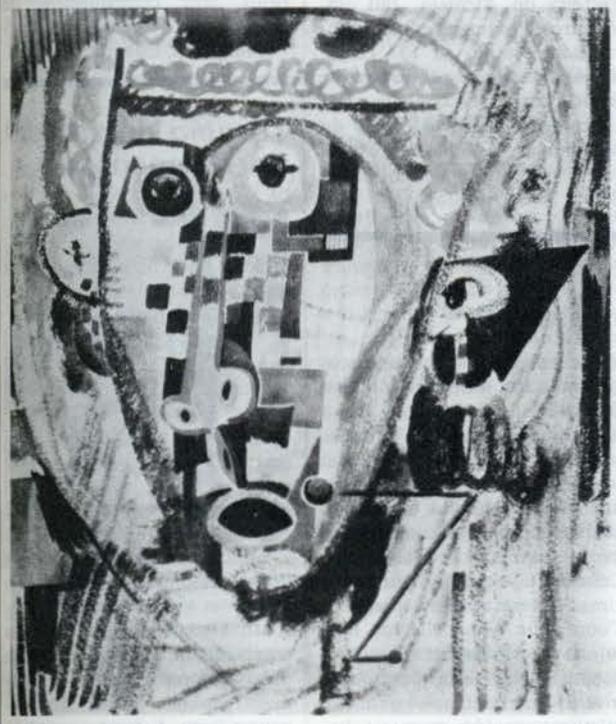
Uma exposição de dez artistas do Norte esteve patente na Galeria Tempo, no Porto, comemorando o 60.º aniversário da morte do pintor Amadeo de Souza-Cardoso. Esta mostra reunia alguns dos trabalhos mais significativos da Arte Moderna em Portugal, desde os artistas mais consagrados até aos mais jovens. Na exposição figuravam obras de Amadeo de Souza-Cardoso, António Quadros, Da Rocha, Domingos Pinho, Eduardo Luís, Fernando Lanhas, Henrique Silva, Júlio Resende, Luís Demée e Nadir Afonso.

Amadeo Souza-Cardoso nasceu em Manhufe (Amarante) em 1887. Frequentou a Escola de Belas Artes de Lisboa, partindo, em 1905, para Paris, onde frequentou cursos de preparação para a Escola de Belas Artes. Estudou pintura em várias academias livres e na oficina do pintor espanhol Anglada Cama-

rasa. Em Paris, relacionou-se com alguns dos grandes nomes da pintura, especialmente com Modigliani, com quem expõe, em 1911, no seu «atelier». No início da guerra, em 1914, volta a Portugal, fixando-se em Manhufe, onde continua a pintar. Morre em Espinho (em 1918), vítima da epidemia pneumónica.

Figura central do nosso modernismo, à sua intervenção se ficou a dever a inserção portuguesa na grande aventura da arte moderna europeia. Dele escreveu o francês Jean Cassou, eminente crítico de arte, que a sua participação naquele movimento estético foi «resoluta, violenta, alta em cores estridentes e formas enérgicas». (...) «Esta carreira fulgurante, terminada aos trinta e um anos, é rica das mais veementes inquietações do seu tempo», escreveu ainda aquele crítico.





Paris (1909): Souza-Cardoso (ao centro) posa com alguns amigos para o pintor Eduardo Viana, numa paródia a um famoso quadro de Velasquez, «Os Borrachos»

Pavic no Sporting

Em declarações à ANOP, o dirigente do Sporting, João Rocha, confirmou que chegaram a bom termo as negociações entre o seu clube e Pavic, o conhecido treinador jugoslavo. O contrato foi assinado em Rouen, na presença de um representante «leonino», Jaime Lopes, que se deslocou propositadamente a França para o efeito. Sabe-se, assim, que o treinador Pavic estará ao serviço do Sporting, durante o período de 31 de Agosto do corrente ano a 1 de Julho de 1979.

João Rocha esclareceu que Pavic nunca se recusou a assinar o contrato com o Sporting, havendo sim, em princípio, uma dúvida quanto às datas entre as quais esse contrato seria válido. De notar, afirmou ainda o dirigente do Sporting, que o técnico jugoslavo optou por este clube português em condições inferiores às que lhe eram oferecidas pelo Atlético de Madrid, igualmente candidato aos seus serviços. Pavic acompanhará, assim, a sua nova equipa na projectada digressão à República Popular da China.



Pavic: novamente em Portugal, ao serviço do Sporting

Taça Nacional de Iniciados

Com a participação de 32 clubes, começou a Taça Nacional de Iniciados em futebol, que se desdobrará por duas fases: a primeira, numa competição por pontos a duas voltas, dentro de cada uma das oito séries; a segunda entre os respectivos vencedores, que se dividirão por duas séries cujos primeiros classificados disputarão a final do torneio.

Vela: Portugêses vence em França

O velejador português Bruno Marques foi o grande vencedor do Campeonato Regional francês, na categoria de «Optimist» em representação do Clube Naval de Cascais, que foi a única equipa estrangeira presente. Par-

ticiparam 50 velejadores, em representação de 10 equipas tendo os outros portugueses, Vasco Passanha e Jorge Pinto Guedes, alcançado os quinto e décimo lugares respectivamente.

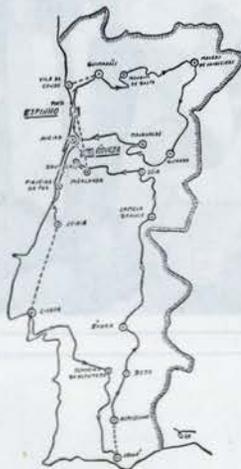
Ciclismo: Volta a Portugal

Foi apresentada em Espinho a «Volta a Portugal em Bicicleta», na sua 40.ª edição. Com ela vêm algumas novidades, a começar por uma verdadeira descen-

do Porto através de uma passagem dos corredores a caminho de Guimarães.

Calcula-se que estarão presentes 16 equipas de seis concorrentes cada, treze das quais serão portuguesas e três estrangeiras. Estão orçamentados 4 mil contos para despesas, quantia bastante superior à dos anos anteriores. Deste montante, mil contos serão para ciclistas, 700 para os 64 acompanhantes, 300 para carros de apoio, 450 para prémios, 250 para a GNR, etc. Receitas previstas: 3200 contos, sendo o défice coberto pela Secretaria de Estado dos Desportos.

Saliente-se que a primeira semana de prova será propícia aos «roladores», sendo a segunda para os «trepadores». A 3.ª etapa será mais longa, de Lisboa a Ferreira do Alentejo, 180 quilómetros. Porém, as grandes dificuldades estarão na 13.ª etapa, de Guimarães a Mondim de Basto, com três contagens de 1.ª categoria para o Prémio da Montanha. A Volta a Portugal em 1978 estará, pois, na estrada de 6 a 20 de Agosto!



Itinerário da «Volta» deste ano

tralização: começo em Espinho, chegada a Águeda. Lisboa e Porto só conhecerão a «Volta» quase de passagem; Lisboa através de uma partida simbólica;

Atletismo: Cristina Lourenço em Madrid

A atleta Cristina Lourenço, do Belenenses, teve presença destacada no campeonato espanhol de pista coberta, disputado em Madrid, ao vencer a prova dos 60 metros, conseguindo ao mesmo tempo ser a primeira portuguesa a baixar a barreira dos oito segundos naquela distância.

Maria Cristina Lourenço pertence ainda ao escalão júnior, tendo sido a única portuguesa que desta vez se deslocou a Espanha, já que outra atleta do Belenenses, Esmeralda Mota, acabou por não realizar a viagem. A sua participação nos campeonatos de Espanha foi cem por cento vitoriosa: nas

meias-finais, Cristina Lourenço ganhou a sua série com o tempo de 7,98 s, que passa a ser o novo máximo nacional de todas as categorias, e na final a atleta portuguesa tornou a vencer com um tempo de 7,99 s e de novo abaixo da barreira, até agora inexpugnável, dos 8 segundos. Cristina teve como mais próximas adversárias as espanholas Concepcion Minguella, de Barcelona e Monserrat Pujol, de Sabadel. Por estas e outras jovens «maravilhas», o nosso atletismo começa a entrar nos eixos do internacionalismo e a prometer a previsível existência de outros, muitos outros «Carlos Lopes», num próximo futuro.

Atletismo: Grande Prémio de Colares



Tavares da Silva: mais uma vitória

Tavares da Silva e o Benfica arrebatarem os títulos individual e colectivo na prova principal — 6000 metros — do II Grande Prémio da Freguesia de Colares, organizado pelo União Mucifalense e assinalado, pela primeira vez, com a presença de representantes espanhóis, ainda que a modesto nível.

A presente edição superou em êxito a do ano passado, com uma participação de mais de dois mil atletas de todas as categorias. O vencedor em tempo recorde, foi bem acompanhado pelos seus companheiros de equipa Rui Lopes, Fernando Fernandes e Eduardo Ferreira.

Torneio de xadrez do Belenenses



Concluíram-se os torneios de apuramento nos clubes de Lisboa, com vista ao próximo distrital. Depois de ter vencido o representante do Benfica, o campeão nacional de juniores, Cordovil, ganhou o torneio do Belenenses com 6 pontos, seguido de seu irmão Fernando (4,5), Humberto Barreto (4), Fernando Sequeira, Tomás de Almeida e Altino Costa, todos com 3,5.

Festa da cerveja no Castelo de Silves

Decorrerá de 9 a 11 de Junho próximo, no Castelo de Silves, o Festival da Cerveja, manifestação a que se pretende dar um cunho popular e que constitui, por iniciativa das companhias cervejeiras, uma oportunidade de confraternização e uma óptima ocasião de apreciar todas as marcas de cerveja nacionais. O certame tem o apoio da Comissão Regional de Turismo do Algarve, em cujo calendário de manifestações se integra, e contará com pavilhões de todas as marcas de cerveja, e com a actuação de ranchos folclóricos, bandas de música, além de diversas outras iniciativas.

Festas da Cidade de Vila Real de Trás-os-Montes

Tendo em vista a organização das festas da cidade de Vila Real, programadas para o período de 9 a 30 de Junho, foi organizada uma comissão para levar a bom termo todos os trabalhos preparatórios que se prendem com a realização da iniciativa. Desta comissão fazem



parte o vereador Fernando Ferreira Borges, responsável pela actividade turística e representante da Câmara na Comissão Municipal de Turismo, as três Juntas de Freguesia da cidade e a Associação Comercial e Industrial de Vila Real.

Feira do Carmo em Faro

A edição da Feira do Carmo de Faro, decorrerá, este ano, de 15 a 31 de Julho, no Largo de S. Francisco, nesta cidade.

O certame, que terá características de «feira de amostras», pretende ser uma «grande feira regional, de cariz industrial» onde todas as actividades económicas algarvias estejam representadas. No complexo trabalho de preparação da Feira do Carmo, participam os 16 municípios do distrito.

Feira Popular de Lisboa

Abriu a Feira Popular de Lisboa que continuará este ano a ser organizada pela Colónia Balnear Infantil de «O Século». A decisão de manter a ligação Feira Popular-«O Século», foi tomada pelo município lisboeta em recente reunião.

Feira de S. Pedro em Torres Vedras

A edição 78 deste certame realizar-se de 25 de Junho a 2 de Julho. Ultimam-se, entretanto, as decisões respeitantes à composição da Comissão Organizadora da Feira que, este ano, apresenta como principal novidade o facto de contar com a comparticipação das Câmaras Municipais dos concelhos limítrofes, tais como: Lourinhã, Cadaval, Bombarral, Sobral Monte Agraço, Alenquer, Arruda dos Vinhos e Mafra.

Chaves: os 19 séculos de História

A cidade de Chaves perfaz este ano a «bonita» idade de dezanove séculos. O primeiro documento referindo a sua existência data do ano 79 da nossa era. Povoação antiquíssima de Trás-os-Montes, situada no vale do rio Tâmega, a cidade assenta nas duas margens do rio, no extremo oeste da fertilíssima e afamada «veiga de Chaves». A povoação começou a ter celebridade entre 60 e 79 da nossa era, com o nome de «Aquae Fluvia», em honra do imperador romano Flávio Vespasiano. Por sucessivas transformações e corrupções linguísticas se chegou, por «Flavias» e «Flavis», ao actual nome de Chaves. Existe ainda, como recordação do domínio romano, a ponte de dezasseis arcos sobre o Tâmega, construída no império de Trajano. No reinado de D. Dinis foi fortificada a então vila de Chaves e ainda hoje existe o castelo com a sua torre de menagem,

de 29 metros de altura. Depois da restauração de 1640 foram construídas as novas fortificações, de que existem ainda muitas muralhas, o forte de S. Francisco — cidadela da praça — e o revelim da Madalena, testa de ponte; existe também, em bom estado, o forte destacado de S. Neutel, o qual era, na época, uma das melhores praças fortes do reino. No forte de S. Francisco, na igreja do mesmo nome, está sepultado o primeiro duque de Bragança. Da cidade partem estradas para Vila Real, Braga, Montalegre, Boticas, Vinhais, Vale Passos, Vilarelho, Murça.

A recente descoberta de um dos maiores e mais curiosos monumentos rupestres da Península — com 444 inscrições — a «Pedra do Machado», o facto de a cidade ter sido palco de muitos acontecimentos históricos, mais têm vindo a arrearçar,

no seio dos seus habitantes e responsáveis pelas comemorações do 19.º centenário, a neces-

sidade de que estas se revistam da solenidade e significado patriótico condignos.



Torre de menagem do castelo de Chaves

EMIGRAÇÃO E APOIO CULTURAL DISCUTIDOS EM TRÁS-OS-MONTES



Incluído no ciclo «Cultura em Diálogo» — iniciativa da Fundação da Casa de Mateus — realizou-se em Vila Real um colóquio subordinado ao tema «Emigração e Apoio Cultural». Prosseguindo assim uma acção a todos os títulos meritória, enquadrada numa estratégia de descentralização indispensável ao correcto entendimento dos problemas nacionais pelas mais vastas camadas de interessados, a Casa de Mateus abriu desta vez as suas portas ao debate de uma das questões mais prementes da sociedade portuguesa em geral, e de Trás-os-Montes em particular: a emigração, e toda a problemática que a envolve, designadamente os seus reflexos de ordem cultural.

Dirigido e moderado pelo eng.º Fernando Albuquerque, o colóquio fez deslocar a Vila Real vários membros do Governo: os secretários de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração, João Lima, da Comunicação Social, João Gomes, e da Cultura, António Reis.

Participaram também o vice-cônsul do Brasil no Porto, ministro Afonso Arinos, o conselheiro da Revolução major Vitor Alves, os deputados António Barreto (por Vila Real) e Maria Alzira Lemos (pelo círculo da Emigração), representantes da Secretaria de Estado da Cultura e da Orientação Pedagógica, e Maria João Seixas, da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração.

Precedido pela actuação da Banda local e da Tuna de Bisalhães, o colóquio registou também a presença de largas dezenas de pessoas da localidade e arredores, que apesar do mau tempo que se fez sentir, desde muito cedo começaram a acorrer ao local.

UMA PERSPECTIVA HISTÓRICO-CULTURAL

O secretário de Estado da Emigração iniciou o debate equacionando em linhas gerais o fenómeno migratório português numa perspectiva histórico-cultural. Da sua intervenção retiramos os seguintes passos:

«(...) Ao longo dos tempos a cultura portuguesa situou-se num espaço geográfico aberto. Daí que, consumada a descolonização, ou, como já se disse, fechado o ciclo do império, Portugal se visse defrontado com um território bem delimitado no espaço e insusceptível de alteração, face a milhões de nacionais disseminados por vastas áreas estrangeiras, solicitados e pressionados por diferentes tipos de sociedades e de culturas senão hostis quantas vezes

«URGE TRANSFORMAR O IDIOMA NATAL NO INSTRUMENTO PRIVILEGIADO DE ACESSO À CULTURA PORTUGUESA».

ANUNCIADA A CRIAÇÃO DE UMA COOPERATIVA DE HABITAÇÃO RESERVADA EXCLUSIVAMENTE A EMIGRANTES.



João Lima no uso da palavra, ladeado por Vitor Alves, Fernando Albuquerque e António Reis

adversas ao compromisso ou à simples coexistência. Afastado dos grandes mitos do poder de ocupação e de um conceito de grandeza política retrógrado, parco dos recursos económicos e naturais que o relançam na concorrência mundial, Portugal compreendeu que sem renegar o seu passado e o papel exaltante que então desempenhou, a sua projecção no mundo e a importância que permanentemente ali pode disfrutar reside na sua cultura, estratificada ao longo dos séculos, exactamente a partir e à custa de tantos elementos que de modo inteligente foi recolhendo e reelaborou criativamente. E mais compreendeu, que no passado como no presente, são os portu-

gueses expatriados que constituem as comunidades no exterior, os naturais veiculadores do bem cultural nacional, e os instrumentos mais idóneos da função e da representação do elo identificador que os criou como Nação.

Daí que as comunidades portuguesas hajam de ser progressivamente promovidas, económica, social e politicamente, mediante apoios eficientes e quotidianos, que se por um lado lhes minoram problemas do dia a dia e se relacionam especialmente com as dificuldades atinentes ao seu estatuto de emigrados, infelizmente e tantas das vezes discriminatório, por outro, lhes permitam e fomentem o desenvolvimento de um peso suplementar que se repercutirá na sociedade local aos níveis mais variados, que não só o económico, mas também e tendencialmente, o cultural.

«ENORME COMPLEXIDADE DE PROBLEMAS»

Posta a questão nestes termos, e definidos os objectivos que muito superficialmente se aforaram, não há todavia que escamotear ou desvalorizar a enorme complexidade de problemas cuja solução se antepõe a tudo o mais. Entrecruzando-se as interrogações e as respostas, diremos afoitamente que solitariamente ou em grupo, os portugueses têm-se ao longo dos tempos espalhado pelo Mundo, não tanto como ponto de expansão colonialista, mas como uma procura discreta de melhoria de vida para cada um, e para os que de cada um dependem.

Na esmagadora maioria dos casos, a emigração portuguesa dos tempos modernos é feita por gente de fracos recursos materiais que a reduzida perspectiva de melhoria levou a partir. E vão geralmente na força da vida passar fora das fronteiras do seu país os melhores anos dessa vida. Instalando-se temporária ou definitivamente, o português, sem esquecer a sua origem, está atento ao mundo que o rodeia, absorve os hábitos, adapta termos, toma-lhe os modos. Esta real capacidade de adaptação leva a que a cultura portuguesa, fora das fronteiras do país de origem não mantenha, na maior parte das vezes, formas ortodoxas e estáticas, mas que se desdobra em raiz com inúmeros braços, revestidos cada um com as formas e cores dadas pela latitude e pela civilização onde os emigrantes chegaram.

Creemos que, ontem como hoje, a cultura portuguesa encontra a sua verdadeira identidade nas inovações constantes que dinamicamente lhe são impregnadas pelos seus

criadores e agentes, no território nacional, como no do acolhimento.

«ENTRE DUAS CULTURAS»

As dificuldades avolumam-se porém na problemática da chamada segunda geração. Os emigrantes quando saem do país, ou não têm filhos, ou, se os têm, são em geral de tenra idade, e essa segunda geração vai ser criada entre duas culturas, por vezes antagónicas, onde o elemento língua assume papel decisivo.

As crianças filhas de emigrantes são então defrontadas pelo binómio sociedade local / sociedade de origem, aquela afigurando-se-lhe confortável, e esta pobre e atrasada, sob conceitos superficiais de cultura que se pautam unicamente através do elemento *desenvolvimento tecnológico*.

Cria-se imediatamente o estigma de que a Língua Pátria é língua de emigrante, surge a vergonha, para os mais novos, de falar-se idioma que não o corrente, com tanto maior profundidade quanto mais diferente for a estrutura de ensino da língua de origem. Por outro lado, a falta de conhecimento do que é a realidade cultural portuguesa por parte daqueles que num futuro muito breve se dividirão entre portugueses e luso-descendentes, se provoca um divórcio da origem, causa também uma profunda e grave reparação entre as duas gerações da família que vivendo juntas, pertencem a mundos diferentes, em que nem a linguagem é comum. Não é infelizmente raro que pais e filhos se entendam por gestos. Face a tal quadro, que não é fantasioso ou demasiadamente pessimista, urge desbloquear e eliminar o referido estigma de que o Português é língua de emigrante, transformando o idioma natal como instrumento privilegiado de acesso à cultura portuguesa.

Efectivamente, a alfabetização dos pais e o ensino da língua aos filhos são os pontos de partida fundamentais ao conhecimento cultural, à manutenção da cultura, à sua recriação, enfim, à sua difusão. Mas haverá de notar-se que constituiria enorme erro, pretender que os emigrantes, nomeadamente a sua segunda geração, se enquistassem na sua linguagem pátria e cultura de origem, absolutamente à margem da cultura e língua locais.

A INTEGRAÇÃO NAS SOCIEDADES DE ACOLHIMENTO

Se por um lado tal reforçaria uma espécie de estatuto de separação sempre desvanta-

joso para o estrangeiro, por outro ignoraria a clara evidência de que grandes fatias das comunidades tendem a radicar-se e a permanecer na sociedade local. Quer isto dizer que a solução a obter não está na concorrência de duas culturas, em termos de uma eliminar a outra, ou por desnacionalização total, ou por formação de «ghettos» falsamente nacionalistas. Pelo contrário e a nosso ver, a correcção reside numa fórmula balanceada que permita a integração dos emigrantes nas sociedades de acolhimento, sem contudo os alhear das suas raízes, das suas origens. Só assim se evitará o risco

A comunidade portuguesa dos Estados Unidos é bem o exemplo do que afirmámos.

De forma necessariamente global, julgamos ter exposto as grandes linhas de política cultural indispensáveis à actuação das comunidades portuguesas no exterior, no desempenho da missão que os factos históricos lhes apontam. Mas se em primeira linha compete aos órgãos do Estado a execução de tais tarefas, com todos os esforços, dispêndios e iniciativas que compreendem, devemos confessar a insuficiência das estruturas do Estado para o desempenho cabal e completo de tais objectivos.



Uma imagem da actuação da Tuna de Bisalhães na Casa de Mateus

de formar apátridas, ou estrangeiros que permanecem estrangeiros nas sociedades de acolhimento, ou se tornam estrangeiros no seu próprio país de origem.

De resto — prosseguiu João Lima — não há que temer a integração dos portugueses emigrantes nas sociedades onde se radicaram. Verifica-se facilmente que quanto mais velha e integrada é a comunidade, quanto mais evoluída é sob os pontos de vista social e económico, mais são as suas iniciativas que fazem apelo às raízes culturais, maior é — permita-se-me a expressão — o seu orgulho da nacionalidade de origem.

ACÇÕES COMPLEMENTARES

Sem a compreensão total dos problemas pela generalidade do nosso Povo, sem a complementaridade das acções desencadeadas por grupos, associações ou instituições que se empenham também na promoção constante e a todos os níveis do homem português, as funções do Estado correm o risco de abstractizar e de se esgotarem no emaranhado dos problemas, das dificuldades e das insuficiências. Sem a receptividade dos portugueses espalhados no exterior e sem a sua participação activa numa

política cultural comum que se compreende e se deseja, teremos política mas não teremos destinatários ou executores para tal política. Creio todavia que temos tudo, principalmente a vontade e a decisão. Haverá que coordenar os esforços, harmonizar as acções e olharmos para o futuro como fizeram no passado os nossos compatriotas.»

Ex-ministro da Agricultura e Pescas e actualmente deputado à Assembleia da República, António Barreto falou especialmente na sua qualidade de antigo emigrante. Sublinhando que tal situação se verificou em circunstâncias algo diferentes da gene-

emigravam). É evidente que se sentiu sempre em qualquer português um certo fenómeno de desenraizamento; é evidente que se sofreu muito com a emigração durante décadas, ou mesmo séculos, mas creio que o balanço que se pode fazer da emigração é que ela abre o mundo, que ela permitiu aos portugueses conhecer outros povos, e que não é hoje um fenómeno necessariamente negativo para a cultura portuguesa.»

Depois de sublinhar a importância de uma discussão sobre o tema do apoio cultural aos emigrantes na perspectiva da futura integração europeia, António Bar-

Mundo mais aberto à emigração portuguesa. Agora, é preciso — disse também — ver o Brasil como um todo, autónomo e independente, que tem também os seus próprios problemas, os quais não podem ser agravados por essa emigração. O Brasil é um país de 120 milhões de habitantes, cresce cerca de três milhões por ano, e que recebe, através da equivalência de nacionalidade que nós temos hoje, emigração portuguesa como nenhum outro país. Quer isto dizer que a imigração também é para nós um problema, pois não podemos criar situações de concorrência indiscriminada de mão-de-obra não qualificada. Fora disso — concluiu — qualquer tipo de emigração é bem vinda, é desejada e desejável no Brasil.»

A IMPORTÂNCIA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Convidado a pronunciar-se sobre os projectos da Secretaria de Estado da Cultura no sector de emigração, o titular desta pasta, António Reis, começaria por enumerar alguns obstáculos que ainda se colocam a uma acção eficaz nesse campo, apontando, designadamente, a importância dos meios de comunicação social, e o facto de o organismo pelo qual é responsável, não ter «uma palavra a dizer em matéria de programação cultural dos órgãos de comunicação social».

António Reis prosseguiria a sua intervenção referindo-se a vários temas de ordem cultural, quer em Portugal quer nas nossas comunidades portuguesas no estrangeiro, particularmente a preservação do património cultural chamado de 1.º grau, ou seja, danças e cantares tradicionais, monumentos históricos da sua terra natal, etc., património esse que em muitos casos está em vias de extinção. Disse, a propósito, que «há uma política muito importante a desenvolver junto da emigração no sentido de sensibilizar o nosso emigrante para a sua colaboração, também em Portugal, da preservação desse património». Não deixou de acentuar, por outro lado, a importância da acção dos professores portugueses no estrangeiro, e que as maiores preocupações dos emigrantes são referentes a esse sector.

João Gomes, secretário de estado da Comunicação Social, teceu, por sua vez, algumas considerações sobre a definição de cultura, apontando a necessidade de se estabelecer um diálogo vivo com as comunidades portuguesas nesse sentido, e do qual resultasse precisamente a elaboração de uma estratégia concreta, a partir



Banda de Mateus

ralidade, não deixou porém de referir o tom melodramático em que se fala na emigração portuguesa, acentuando: «Eu vi portugueses a viverem lá fora, e devo confessar que sentia na maior parte deles alguma felicidade. Tinham-se-lhe rasgado horizontes, tinham contactado homens e mulheres de todas as nacionalidades, o que para eles era uma aventura, uma riqueza que lhes estimulava a imaginação. Viviam melhor, podiam dar educação aos filhos — o que me parece ser das primeiras e principais preocupações dos emigrantes (e muitos deles eu conheci que era essa a razão por que

reto acentuou que uma acção cultural autêntica deve «levar e trazer, deve levar ao que partiu o que cá ficou, mas também deve trazer o que de novo se cria no contacto com os outros povos».

Falou em seguida o cônsul do Brasil no Porto, ministro Afonso Arimos, o qual começou por acentuar que «do ponto de vista brasileiro, nós somos, com honra, filhos da cultura portuguesa, mas, claro, filhos maiores», afirmando depois que «o Brasil não tem qualquer condicionamento, qualquer dificuldade nas relações com Portugal, e não há qualquer outro país no



As personalidades convidadas para presidir à reunião

do que se poderia então actuar mais eficazmente.

Seguiu-se depois amplo debate com as personalidades presentes — aliás, pessoas de todas as condições sociais, como era bem visível. Foi contudo de elementos do Episcopado local que partiram intervenções mais significativas e documentadas, cujos temas foram depois desenvolvidos, quer por outras individualidades locais, quer pelos membros que compunham a mesa.

O DESENVOLVIMENTO REGIONAL E AS REMESSAS DOS EMIGRANTES

Muito embora o tema do Encontro tivesse um âmbito específico, algumas intervenções acabaram por atingir problemas locais, especialmente de ordem económica, e directamente relacionadas com o desenvolvimento da região — tema aliás intimamente ligado às remessas dos emigrantes, e que viria ser, ainda que indirectamente, alvo de animado debate durante o encontro.

Sintetizando as questões abordadas, o secretário de Estado da Emigração, respondeu no final aos principais problemas discutidos no Encontro, reafirmando as intenções do Governo no sentido de melhorar as condições de vida e trabalho dos portugueses no estrangeiro.

Ainda a propósito da aplicação das remessas, João Lima anunciou que está em constituição uma cooperativa de habitação reservada exclusivamente a emigrantes, e cujo capital está já praticamente realizado, apesar de ainda não estar legalizada a escritura da cooperativa.

Também João Gomes, secretário de Estado da Comunicação Social, fez o «ponto da situação» sobre a actividade do seu sector quanto à informação para os emigrantes,

o que exige, afirmou, «reestruturação nos serviços e actualização de meios que até agora não têm sido aproveitados». Adiantou ainda que o 2.º canal da RTP vai ser completamente remodelado, constituindo-se, inclusive, em canal autónomo a estender-se a todo o País, e que a ANOP criará delegações em todas as capitais de distrito, onde serão também instalados centros de comunicação equipados para ligações aos grandes órgãos de comunicação social.

Na qualidade de presidente da Comissão para as Comemorações do Dia das Comunidades, encerrou o debate o conselheiro da Revolução major Vítor Alves, que aproveitou a oportunidade para sublinhar a

importância da iniciativa, patrocinada pela Fundação da Casa Mateus, congratulando-se pela «forma viva como ela foi aproveitada, para uma vez mais os portugueses lutarem pela satisfação das suas necessidades e aspirações».

À noite, o salão nobre da Casa Mateus foi palco para uma excelente exibição dos Pauliteiros de Miranda, que como é habitual proporcionaram a todos os presentes um espectáculo onde o ritmo, a cor e a simplicidade se impuseram, contagiando todos. Demonstração plena de que não se extinguem facilmente — quando autênticas — as raízes tradicionais da cultura popular portuguesa.



Pormenor do jardim da Casa de Mateus

XII ENCONTRO NACIONAL DOS SECRETÁRIOS DIOCESANOS DAS MIGRAÇÕES E TURISMO

Antecedendo o colóquio realizado na Casa de Mateus, decorreu também em Vila Real, nas instalações do Lar Académico, o «XII Encontro Nacional dos Secretários Diocesanos das Migrações e Turismo». Das conclusões deste Encontro destacamos:

— «Verifica-se que, não obstante passada a fase emocional do fenómeno migratório, continuam a ter actualidade muitos dos seus problemas e implicações. Em face desta contatação, a Igreja deve permanecer atenta ao fenómeno, não só continuando a prestar a adequada assistência religiosa às comunidades de emigrantes espalhadas pelo mundo, mas também promovendo iniciativas tendentes à preparação dos ainda muito numerosos candidatos à emigração no País.

— Prevendo-se um regresso mais ou menos próximo dum número significativo de emi-

grantes laborando em países europeus, concluiu-se da urgência duma atenção das comunidades locais em ordem à sua reintegração.

— Notando-se as imensas dificuldades em que muitos candidatos à emigração se encontram (sendo mesmo objecto de exploração por parte de pessoas sem escrupulo), viu-se a vantagem de alargar aos Secretariados Diocesanos o Serviço de Informação e Apoio ao Emigrante existente na Direcção Nacional. Para uma maior eficiência deste Serviço, decidiu-se realizar em Lisboa, no próximo mês de Junho, um Seminário para a preparação das pessoas que irão trabalhar neste sector nos Secretariados Diocesanos.

— Constatada a crescente mobilidade de população das zonas rurais para os grandes centros e dados os graves problemas de ordem social e religiosa daí decorrentes, decidiu-se, a partir de experiências já realizadas nas dioceses de Coimbra e Lisboa, intensificar e alargar estas experiências a outras dioceses atingidas pelo mesmo fenómeno (...).

EMIGRANTES DE VILA REAL (Distrito) E TOTAL DO PAÍS, DE 1959 A 1975

(Elementos extraídos do Boletim Anual da SEE, 1975)

Anos	Vila Real	Total do País
1959	1 710	33 458
1960	1 458	32 318
1961	1 563	33 526
1962	1 514	33 539
1963	1 341	39 519
1964	1 324	55 646
1965	3 162	89 056
1966	5 286	120 239
1967	3 646	92 502
1968	2 924	80 452
1969	2 904	70 165
1970	2 608	66 360
1971	1 874	50 400
1972	2 150	54 084
1973	3 342	79 517
1974	1 761	43 397
1975	836	24 811
Total	39 493	998 989



Uma sessão de trabalho do «XII Encontro Nacional dos Secretários Diocesanos das Migrações e Turismo», realizado em Vila Real

EMIGRANTES DE VILA REAL (POR CONCELHOS E PAÍSES DE DESTINO) DE 1960 A 1969

(Elementos referidos no «XII Encontro dos Secretários Diocesanos das Migrações e Turismo»)

CONCELHOS	ÁFRICA		AMÉRICA DO NORTE			AMÉRICA DO SUL			ÁSIA	EUROPA				OCEANIA	TOTAL
	África do Sul	Outros Países	Canadá	E. U. A.	Outros Países	Brasil	Venezuela	Outros Países		Alemanha	França	Reino Unido	Outros Países		
Alijó	16	—	—	27	—	310	—	—	—	87	455	—	4	—	899
Boticas	4	—	103	473	—	424	—	—	—	25	749	5	7	—	1 790
Chaves	24	1	68	1380	—	1184	—	64	—	186	2 770	4	12	2	5 695
Mesão Frio	—	—	1	2	—	268	—	—	—	8	62	1	2	—	344
Mondim Basto	3	—	—	3	3	121	—	2	—	14	164	—	—	—	310
Montalegre	6	2	43	1168	—	535	4	16	—	448	1 370	8	42	—	3 642
Murça	8	—	4	1	—	269	—	—	—	120	211	—	—	—	613
Peso Régua	—	—	3	8	—	172	6	1	—	38	336	3	12	4	583
Rib. Pena	—	2	10	84	—	80	1	—	—	78	1 010	—	7	—	1 272
Sabrosa	—	—	—	9	—	204	1	—	—	21	476	5	2	—	718
Santa Marta	—	—	7	23	—	222	3	—	—	31	198	1	2	—	487
Valpaços	11	—	102	158	—	546	—	3	—	103	1 510	3	14	—	2 450
Vila Pouca	1	—	46	344	—	412	—	1	—	404	573	1	90	—	1 872
Vila Real	4	1	39	149	—	1115	—	—	—	368	2 004	4	13	6	3 703
TOTAL	77	6	426	3829	3	5862	15	87	—	1931	11 888	35	207	12	24 378

VILA REAL DE TRÁS-OS-MONTES

O DISTRITO

Apesar de todos os reveses sofridos ao longo da sua história, Vila Real continua a ser um distrito laborioso e digno, com um papel muito importante no conjunto da vida social e económica do País.

Do ano da fome (1578), em que um pão chegou a valer 520 reis, até à grande recessão (no período da última guerra) provocada especialmente pelo desmoronamento do seu sistema económico, com origem na procura desenfreada do volfrâmio, a região manteve através dos séculos a sua identidade social muito própria, ao mesmo tempo que registava um desenvolvimento económico bastante lento.

As altas montanhas e as conseqüentes dificuldades de acesso, têm constituído como que um obstáculo aos factos essenciais para a desejada evolução. Por seu turno, a emigração tem representado um flagelo constante, apenas compensado com o envio das remessas, com alguns reflexos positivos na economia local, designadamente no sector da habitação.

Depois de Bragança e Viseu, Vila Real tem a terceira maior percentagem (de 51 a 60%) de emigração relativamente ao seu excedente de vidas, no período compreendido entre 1891 e 1960. Se considerarmos o grande aumento do fluxo migratório para a Europa a partir de 1965, vemos que o distrito foi (e é ainda, naturalmente) dos mais afectados por este fenómeno da vida portuguesa.

As conseqüências negativas deste conjunto de factores, estão bem patentes, aliás, na taxa de mortalidade infantil (64,97, a mais alta do país), e nos valores quase estáticos da sua densidade populacional (número de habitantes por km²): 52 em 1864, 57 em 1900, e 64 em 1970.



O Marão, «cordilheira de brumas e de espiritos», como lhe chamaria Teixeira de Pascoaes; Uma ponte sobre o rio Corgo; Vila Real: vista da cidade

UMA LUTA DESIGUAL

Contudo, e apesar de desigual, a luta travada pelo seu povo contra estes condicionamentos, faz com que se mantenha vivo o desejo de progresso e de elevação do distrito a um estágio de desenvolvimento mais de acordo quer com as suas potencialidades e aspirações, quer com as necessidades económicas globais do País.

Com uma população de cerca de 270 000 habitantes, dispersa por uma superfície de 4 273,20 km², o distrito de Vila Real forma a parte ocidental de Trás-os-Montes e Alto Douro. A região é muito acidentada, e praticamente isolada da influência marítima por uma muralha de serras (Cabreira, Coroa, Alturas do Barroso, Mairos, Marão, Padrela e Palhoça). Um Verão ardente e um Inverno rigoroso, oferecem ao homem condições bem duras de subsistência, somente atenuadas pela beleza da paisagem rural e pela preservação das tradições populares.

AS ACTIVIDADES ECONÓMICAS

A cidade e o concelho de Vila Real não fogem muito às características gerais do distrito. A actividade agrícola produz em especial cereais, frutas, vinhos, azeite, batata, linho e castanha. Na sua área estão também registadas várias minas de volfrâmio, estanho, chumbo e ferro, sector praticamente esquecido em termos de industrialização. Defende-se economicamente com o seu comércio e pequena indústria, e por ser centro de cruzamento de estradas com movimento obrigatório do norte do distrito, de Bragança e da rica região do Douro. Antes do automóvel e do caminho-de-ferro era o principal centro abastecedor destas regiões.

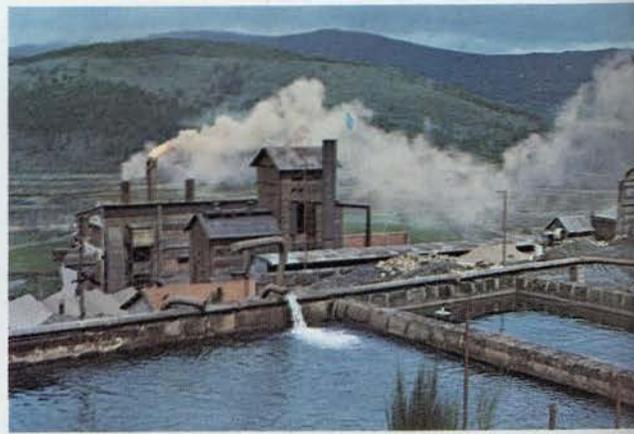
As suas Feiras e Mercados semanais atraem grande número



Estação dos Caminhos de Ferro, inaugurada pelo rei D. Carlos I em 1907



O edifício do Governo Civil, situado numa das entradas da cidade



A evolução de Vila Real está patente no conjunto de fotos da esquerda (de cima para baixo). Da casa típica aos novos blocos habitacionais, a fisionomia da região altera-se, num quadro imutável de belezas naturais. À direita, três outros aspectos da «paisagem» transmontana: a propriedade rural, os barros de Bizalhães e a indústria de extracção de minério.



Dois aspectos do centro da cidade (Avenida Carvalho Araújo)



Igreja de S. Domingos (Sé Catedral), construída em 1427



Igreja dos Clérigos (Capela Nova), obra do arquitecto italiano Nasonni



Casa de Diogo Cão, assim chamada por, de acordo com a tradição, nela ter nascido o célebre navegador



Câmara Municipal (antigo Hospital da Misericórdia)

de mercadores. Hoje reduzida a uma feira de divertimentos a que dão o nome de Festas da Cidade, foi outrora notável a Feira Anual de Santo António, nos meados de Junho, que durava oito dias, e era especialmente dedicada à exposição de gado e artefactos.

ORIGENS DE VILA REAL

As suas origens residem em Panoyas, antiga circunscrição romana da Lusitânia (incorporada depois na Galiza e mais tarde no Condado portugalense) tendo chegado a chamar-se precisamente Vila Real de Panóias. Segundo Correia de Azevedo, vive arreigada na tradição dos naturais da cidade, que a etimologia de Vila Real tem a seguinte explicação: quando os procuradores do povo da antiga Panóias enviados às cortes em 1283 (que se achavam a funcionar na Guarda) pediram a D. Diniz, como já haviam pedido a seu pai, D. Afonso III, que desse à antiga circunscrição medieval uma nova sede para seu assento, o monarca resolveu visitar o local que os mesmos procuradores lhe indicaram. E, segundo consta, gostou tanto dele que em 1289 mandou proceder à fundação da nova vila, que denominou *Vila Real*, por ser de fundação régia, e de *Panóias*

porque o próprio rei a arvorou em capital de Panóias.

Porém — e como diz o mesmo autor — a razão deve ser outra, pois já antes de D. Diniz se acha para o local a designação de Vila Real, através da existência de um «reguengo» ou «vila» da Coroa, e já no próprio foral de D. Afonso III se encontra a designação de Real.

VESTÍGIOS ROMANOS

Deixaram os romanos numerosos vestígios nesta região, sendo o mais notável o Santuário de Panóias, formado por um conjunto de templos dedicados à deusa Serápis e a todas as divindades do Mal. Segundo Leite de Vasconcelos, o templo era um *serapeum* onde ao lado da principal divindade, *Serápis*, se adoravam todas as outras, como se deduz das inscrições ainda visíveis. Ai os crentes cumpriam os seus votos, construindo monumentos que supunham eternos, sacrificando vítimas animais ou *hostiae*, lavrando inscrições nos rochedos, cavando tinas de pedra para as ablações purificadoras a celebração de mistérios aos ritos orientais. O referido autor considera ser posterior a Nero o culto em Panóias, na forma em que hoje é possível avaliá-lo.

Além do Santuário de Panóias, tem o concelho de Vila Real



Estátua de Carvalho Araújo

outros monumentos romanos, como sejam os restos dos antigos Castros de S. Bento do Castelo, na Freguesia de S. Tomé do Castelo, e o de S. Paio, no Santo Cabeço, junto à povoação de Ponte da Freguesia de Mouços. Estes Castros guardavam a via comercial de Braga a Astorga, que dos lados de Murça seguia para Braga pelo Marão. Vêm-se restos desta via na descida do Populo, junto a Murça, na Serra de Vila Verde, na povoação das Flores, junto da ponte de Almodena e na Campeã, de onde ultrapassa a serra do Marão pela região de Basto. Estão ainda quase intactas as pontes romanas de Piscais, sobre o rio Corgo, a ponte da Ribeira, sobre o Cabril, etc.

Apesar de considerada desde há muito como capital do distrito e até mesmo de província, Vila Real só em 20 de Julho de 1925 foi elevada a cidade. Contudo, a sua grandeza data de 1768, ocasião em que começou a praticar-se intensivamente na região o cultivo da vinha.

UM PAÍS DE CONTRASTES

Diz-se a propósito de muitas coisas, é frequentemente invocado para justificar outras tantas, vem nos folhetos de turismo, e até é verdade: Portugal é um País de contrastes. Do Minho ao Funchal, de Pitões das Júnias à Fajãzinha, num infindável número de localidades onde se conservam, com verdadeiro patriotismo e espontâneo mas elevado sentido histórico as seculares tradições do Povo, este País é um quebra-cabeças que alimenta simultaneamente o turismo e a crítica fácil. Frequentemente apontada como alfofre das ideias mais retrógradas, particularmente de indole ou por influência religiosa, Vila Real

não escapa às análises simplistas dos historiadores de ocasião.

Na base de tudo, apenas o desconhecimento de factos que embora não cheguem para desmentir que se trata de gente com arreigadas convicções religiosas, às quais não se deram o necessário desenvolvimento e actualização, sobram todavia para registar no seu percurso histórico pontos altos que atestam a sua dignidade e sobretudo o seu inconformismo.

A maioria dos portugueses desconhece que foi precisamente em Vila Real que se registaram acontecimentos inulteriormente progressistas na vida religiosa do País, como, entre outros, a posição assumida por D. Frei Bartolomeu dos Mártires, arcebispo de Braga (séc. XVI) face à necessidade imperiosa, que advogou, de os padres de Barroso se poderem casar.

Aliás, ainda hoje, nas festas e romarias transmontanas, a Igreja vê-se forçada a uma severa e indispensável separação entre as manifestações religiosas e civis, porquanto nestas é fácil distinguir uma reviviscência pagã ou, pelo menos, um acentuado contraste com a disciplina cristã.

Claro que outras manifestações de independência não passam, essas sim, de mera submissão às efêmeras exigências da vida moderna, ou noutros casos de pura irresponsabilidade: em 1956 foi demolida em plena cidade de Vila Real a capela de Santo António, edificada nos fins do século XVIII. Era um interessante templo votivo, de tipo clássico, com um gracioso alpendre assente em doze colunas toscanas. A demolição teve como objectivo o alargamento da rua de acesso ao campo de futebol!...

Mas não nos esqueçamos que Portugal é um País de contrastes.



Um aspecto do santuário romano existente em Panóias

P. — Poderá, em traços gerais, falar do papel desempenhado pelos emigrantes no desenvolvimento económico e social do distrito?

R. — Como se sabe, Vila Real é tradicionalmente uma região de forte corrente migratória, cujos destinos têm sido diferentes consoante as épocas históricas em que ocorrem.

Até há uns anos emigrou-se apenas para o Brasil, Américas e África. A partir do momento em que se abriram as portas da emigração para a Europa, a generalidade dos nossos emigrantes preferiram este continente, pois à partida tinham possibilidades de estar mais perto das suas origens, não se radicando, portanto. Quando a emigração se processava para África e para o Brasil, de uma maneira geral os laços que se mantinham com as suas comunidades de origem eram muito poucos. As pessoas acabavam por se radicar nessas terras — do que resulta que estas pouco ou nada beneficiavam com a emigração. Nesta medida, o fenómeno emigratório a partir dos anos 60 começou a ter uma outra dimensão. Os laços mantidos com a sua terra de origem são agora maiores, o emigrante, de uma maneira geral, até por dificuldade da própria língua e pelos familiares que aqui ficam, não se radica nos países para onde emigra. Poderei assim dizer que este tipo de emigração é mais positivo, se bem que haja outros aspectos que eu gostaria de salientar.

O País vive em grande medida das remessas dos seus emigrantes e a contribuição dos originários do distrito de Vila Real é das mais significativas.

Todavia, é com uma certa preocupação que nós vemos que com o produto dessas remessas muito pouco se faz nestas terras, no sentido de podermos vir a atrair de novo esses emigrantes, e até de suster o próprio fluxo migratório. Isto significa, em nosso entender, que devia ser feito um esforço no sentido de se canalizar a poupança dos emigrantes destas terras para os sectores reprodutivos da economia, o que não sucede presentemente. Com efeito, o que se vê aqui que traduz a presença do emigrante? Apenas na construção civil. De uma maneira geral, vemos espalharem-se pela região (e em certa medida é agradável vê-lo) belas moradias, muitas delas construídas pelos próprios emigrantes

ENTREVISTA COM O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VILA REAL

«AO EMIGRANTE DEVIAM SER DADAS
POSSIBILIDADES DE EMPREGAR
O SEU DINHEIRO EM SECTORES
REPRODUTIVOS DE TIPO INDUSTRIAL,
NA SUA REGIÃO.»

Imerso em tantos problemas como a própria diversidade de razões que o determinaram, o fenómeno migratório português tem contudo uma característica básica: o apego dos emigrantes à sua terra de origem. Salvo raras excepções — e essas na maior parte dos casos determinadas por razões imperiosas, tais como a distância e a não existência de laços familiares em primeiro grau, um número significativo — os portugueses continuam a ter como verdadeira Pátria a sua terra natal, muitas vezes a nível de localidades praticamente desconhecidas de distritos vizinhos. Se é certo, por isso, que reside aqui a parte positiva de tal fenómeno, não é menos certo que o mesmo obviamente acarreta problemas, por vezes de solução bastante difícil. Presentemente, a aplicação das remessas dos emigrantes é tema de preocupação todos: do Governo Central, das autoridades locais, e dos próprios emigrantes. No sentido de contribuir para a recolha dos elementos necessários a uma melhor compreensão e consequente resolução do problema, entrevistámos Armando Moreira, Presidente da Câmara de Vila Real, capital de um dos distritos mais afectados pela emigração.

Esta entrevista poderá também servir de início a um debate nas páginas desta Revista — debate aliás para o qual já foram em devido tempo convidados todos os presidentes das Câmaras capitais de distrito, e outras entidades.

ou sob a sua orientação, frutos dos conhecimentos adquiridos no estrangeiro, mas na realidade pouco adaptadas às condições locais, isto é, não respeitando determinadas exigências de tipo

climático, com erros arquitectónicos que pouco melhoram a paisagem em que se inserem. Mas claro que é um desejo legítimo do emigrante possuir a sua própria casa de acordo com

os seus gostos, e só é condenável que não se oriente a construção no sentido de ela se adaptar melhor à paisagem desta região.

DESENVOLVER A ACTIVIDADE INDUSTRIAL

Para além disso, o emigrante vai comprando umas terras, que continuam a ser cultivadas arcaicamente pelos familiares que cá ficam, e neste aspecto também penso que a emigração não está a ter um efeito positivo. A nosso ver, e como disse há pouco, ao emigrante deviam ser dadas possibilidades de empregar o seu dinheiro em sectores reprodutivos de tipo industrial, não necessariamente em empresas que eles próprios fundassem, pois nós sabemos que se trata de gente com uma grande capacidade de trabalho, mas receio que não tenham capacidade empresarial. Essa deveria competir ao sector público, e ser dada oportunidade de participação no campal a esses próprios emigrantes. Estaríamos assim a contribuir aqui da melhor forma para desenvolver actividades que amanhã iriam absorver precisamente os braços de trabalho dos filhos dos próprios emigrantes. Se assim não for, e a continuar nesta situação, veremos amanhã, daqui por dez, vinte ou trinta anos, continuarem a partir os nossos melhores filhos.

P. — Em que aspectos mais significativos se pode dizer que a emigração alterou a fisionomia sócio-cultural da região?

R. — Já referi o problema da habitação, que na verdade é importante, pois vem alterar profundamente o contexto natural existente. Não me vou agora pronunciar sobre se esta alteração é a rigor para melhor ou para pior, pois também aqui se pode dizer que é tudo uma questão de gosto. Mas é um facto que alguns pormenores poderiam contribuir para que a fisionomia tradicional fosse mantida, nomeadamente o aproveitamento da pedra para as construções, como acontecia em quase toda a região até há cerca de 20 anos.

REPERCUSSÕES SOCIAIS

Naturalmente que também os costumes vêm sendo alterados, seja na linguagem, no vestuário,

enfim, nas maneiras de viver de um modo geral. E enquanto não se atinge um ponto de equilíbrio há roturas, por vezes muito sensíveis. No aspecto familiar, já se fala à vontade na questão do divórcio, e embora a situação actual não seja muito significativa aqui entre nós, sê-lo-á por certo daqui por dez ou vinte anos. E isto precisamente pelas influências adquiridas no contacto com o estrangeiro, influências que, como já disse, em conjunto e à partida não podem considerar-se eminentemente negativas.

P. — Dir-se-á então que não se verificaram até hoje «choques» graves entre as tradições da região e os emigrantes hoje portadores de uma outra visão das coisas, e, na maioria dos casos, com melhores condições de vida?

R. — É um facto que nada há de assinalável nesse capítulo. Inicialmente com o regresso dos retornados das ex-colónias depararam-se-nos alguns problemas. E como foram facilmente resolvidos, chegamos hoje à conclusão que os mesmos não chegaram sequer a existir. No aspecto social, apenas há a registar um pormenor que pode ter consequências negativas daqui a uns anos: os filhos dos emigrantes que aqui ficam a estudar. Muitos deles perdem os laços paternos, pois são obrigados a viver com outros familiares, quando não sozinhos.

A EVENTUALIDADE DE UM REGRESSO SÚBITO DOS EMIGRANTES

P. — Estando já a verificar-se o regresso (principalmente da Europa) de muitos emigrantes, e prevendo-se que o mesmo possa aumentar subitamente com as crescentes dificuldades impostas pelos países de acolhimento, que condições estruturais estarão porventura a ser criadas para atender a essa eventualidade?

R. — Tenho pensado muitas vezes nessa situação, e considero-a preocupante. Receio bem que, aparte consequências de outro tipo, venha a registar-se uma situação paralela à do período da última guerra. Não sou desse tempo, mas é sabido que esta região viveu grandemente da indústria de exploração do volfrâmio. Imensa gente enriqueceu com isso, e as influências desse facto deixaram marcas. De repente acaba a guerra, e é o que se imagina. Grande parte

das pessoas tinha pensado que era a lotaria e que ela nunca mais acabava. Virou-se tudo para o volfrâmio, deixando para plano secundário as actividades tradicionais, como a agricultura. Acabou-se o dinheiro e teve que se começar tudo de novo.

Receio que com um regresso súbito de grandes contingentes de emigrantes desta região, o problema venha a registar-se novamente, ainda que com dimensões e características diferentes, como é natural.

Na realidade, a grande maioria dos nossos emigrantes está convencida de que a possibilidade de emigrar não acaba e que continuará a poder auferir os vencimentos actuais, não se preocupando em assegurar, aqui, o seu futuro. O seu coeficiente de poupança é bastante elevado, simplesmente na generalidade gastam o dinheiro na construção ou compra de casas e terrenos. Quando regressar vai verificar que apenas com o rendimento dessas terras não poderá fazer face às exigências do nível de

vida que entretanto adquiriu, designadamente no que toca à educação dos filhos.

Julgo que este problema e sua solução, se insere no Plano de Desenvolvimento Regional. Fala-se dele, mas praticamente ainda não arrancou. A agricultura continua a desenvolver-se arcaicamente, não temos sector secundário e o terciário é pouco significativo, apenas ligado ao funcionalismo público e a um comércio incipiente, exactamente dependente da agricultura.

«NÃO ESTAMOS PREPARADOS»

Será portanto necessário encarar a sério o desenvolvimento regional, para o que se conta já, neste caso concreto, com alguns factores que poderão ser um pólo de dinamização do distrito. Designadamente, o Instituto Politécnico, que está inserido nos problemas da região, mas apenas em termos de dar



Armando Moreira, presidente da Câmara Municipal de Vila Real

apoió à agricultura, à siviltura e à pecuária — o que já não é mau. Simplesmente não lhe são dadas condições para ele poder intervir mais eficazmente, e nesse aspecto é que com a criação da Direcção Regional Agrária, agora em fase de arranque, se espera que da conjugação dos dois esforços resulte uma dinamização para o sector, por forma a dar-lhe a possibilidade de ser rentável, o que hoje não sucede. E, posteriormente, temos de ir para a industrialização. As pessoas da região entendem que a industrialização deve passar pelo aproveitamento dos recursos naturais, como as jazidas da região do Marão (isto no que respeita ao concelho de Vila Real), mas pode acontecer que isso seja discutível, e que a nossa industrialização vise mais a transformação e o aproveitamento dos produtos agrícolas.

A minha opinião é de que devem aproveitar-se os dois, simultaneamente. Também à medida que formos modernizando a agricultura, é necessária uma correspondente na indústria, obviamente porque os braços libertos da primeira não podem ficar no desemprego. Se assim não for, o desenvolvimento regional não se opera. Se, por outro lado, o fenómeno migratório se mantiver, principalmente para a Europa, naturalmente que as pessoas daqui terão de viver muito pior, e continuarão a ter de emigrar, não para o estrangeiro, mas para o litoral, como já vem acontecendo em grande escala. Aliás, normalmente só se fala da emigração para o estrangeiro mas, na realidade, o problema migratório interno, do interior para o litoral, é também muito significativo.

Assim, e respondendo à pergunta, direi que, na verdade não estamos preparados para atender às consequências de um regresso súbito e em massa dos nossos emigrantes.

P. — Que casos mais importantes é possível apontar, de localidades onde o desenvolvimento se deva essencialmente à emigração.

R. — Não temos números exactos. Mas posso dizer — aparte alguns casos com uma percentagem ainda mais elevada e incluindo na designação de emigrantes os regressados das ex-colónias — que no desenvolvimento do mundo rural, especialmente no que respeita à construção civil e à aquisição de terras para cultivo, 75 % é devido à emigração.

MADEIRA

Novo Governo Regional

«A feição inovadora da regionalização reside fundamentalmente no exercício a nível regional de competências até aqui ciosamente concentradas na macrocefalia do Estado», afirmou no Funchal, ao dar posse ao novo Governo da Região Autónoma da Madeira, o ministro da República para este arquipélago, coronel Lino Miguel.

«Há no entanto», prosseguiu, «um longo caminho a percorrer no sentido da sua concretização efectiva». «A regionalização, parte integrante da autonomia, não consiste apenas como pode parecer, numa mera transferência de serviços periféricos, mas

referiu depois que «a ausência de tradição entre nós de qualquer experiência nesta matéria fez avolumar as dificuldades», acrescentando que se deverá «avançar cautelosamente com soluções casuísticas cujo somatório conduza a um resultado mais realista e politicamente executível». A terminar, o ministro da República afirmou que «estamos no caminho certo da regionalização e sabemos que os órgãos regionais serão capazes de criar estruturas administrativas vigorosas e sãs».

O novo Governo Regional da Madeira, empossado no Palácio de S. Lourenço, tem como pre-

Madeira», propriedade da Diocese do Funchal.

Os demais membros do Governo Regional são Nélcio Ferraz Mendonça, Carlos Lélis, José António Camacho e Bazenga Marques, respectivamente nas Secretarias Regionais dos Assuntos Sociais e Saúde, da Educação e Cultura, do Planeamento e Finanças e do Trabalho. A Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, sem titular desde o falecimento de Manuel Alegria, foi ocupada por Gaudêncio Figueira, e a nova Secretaria da Economia, foi preenchida por Crisóstomo Aguiar. A Secretaria do Equipamento Social tem como titular

Infra-estruturas do Porto Santo

O planeamento global das infra-estruturas da ilha do Porto Santo foi debatido pelo Governo Regional em recente reunião. Com o objectivo de dotar a ilha do equipamento indispensável, num futuro próximo, o executivo solicitou o apoio do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, para realização dos indispensáveis estudos.

Primeiro Festival Folclórico das Ilhas Atlânticas

Organizado pelo INATEL, decorrerá na Madeira e nos Açores, em data a anunciar, o primeiro «Festival Folclórico das Ilhas Atlânticas», anunciou António Oliveira Freitas, responsável madeirense pelo departamento cultural daquele organismo.

Oliveira Freitas adiantou ainda que, para além de torneios desportivos e iniciativas diversas, aquele departamento do INATEL pensa levar a efeito a divulgação de diversos filmes portugueses e de Charlie Chaplin, assim como uma digressão pelos meios rurais de uma peça de teatro montada e encenada pelo «Grupo 20 de Maio».

Assistência infantil

Das 19 285 crianças de idades entre os 2 e os 5 anos que vivem no arquipélago da Madeira, apenas 1737 frequentam jardins de infância, e das 20 mil entre os três meses e os dois anos de idade, só 163 são assistidas em creches. A falta de resposta nestes dois sectores dever-se-á à inexistência de instalações e carência de pessoal especializado.

Segundo dados fornecidos pela Secretaria Regional dos Assuntos Sociais e Saúde, prevê-se, ainda para este ano, a abertura, no lugar dos Louros, de um jardim de infância e a instalação de um centro polivalente em Santo Amaro.

No que se refere a construções, vão prosseguir os trabalhos, em Machico, de uma unidade que poderá receber 120 crianças. Novas edificações poderão ser levantadas na Ribeira Brava, onde está também projectado o funcionamento de um jardim de infância.



Tomada de posse do novo Governo Regional da Madeira: «Estamos no caminho certo da regionalização», afirmou o coronel Lino Miguel (ao centro)

ela é, na sua plenitude, a transferência de competências do Governo da República para o Governo Regional», frisou o ministro da República. Lino Miguel

sidente Alberto João Jardim, de 35 anos, licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e actual director do «Jornal da

Ornelas Camacho, um dos vice-presidentes da Comissão Política Regional do PSD.

Aeroporto de Santa Catarina

O Governo Regional da Madeira concedeu plenos poderes ao secretário regional do Equipamento Social, Ornelas Camacho, para acompanhar o estudo que está a ser feito sobre o Aeroporto de Santa Catarina e apreciar as soluções alternativas que vierem a ser propostas pelos técnicos.

Esse estudo, que importará em 31 000 contos e está a cargo de uma empresa luso-brasileira, é orientado pelo eng.º Edgar Cardoso. O seu objectivo é o de analisar as condições actualmente existentes no Aeroporto e recomendar soluções técnicas que permitam melhorar a sua operacionalidade, nomeadamente através do prolongamento da pista.



Vista aérea do aeroporto de Santa Catarina, no Funchal

AÇORES

Plano de investimentos

No Plano de Investimentos da Região para 1978, o sector da energia figura com 336 800 contos, sendo 161 mil e 800 contos para electrificação e 175 mil contos para o programa geotérmico.

O programa de electrificação, por ilhas, tem a seguinte distribuição: Santa Maria, 6100 contos; S. Miguel, 57 mil; Terceira, 22 800; Graciosa, 3600; S. Jorge,

19 300; Pico, 30 200; Corvo, 1700 contos.

Quanto ao programa geotérmico, 129 mil contos destinam-se à continuação do programa em S. Miguel, 40 mil na Terceira e 6 mil no projecto Faial/Pico.

São ainda destinados 5200 contos às Juntas de Freguesia da Região, para aquisição de maquinaria e equipamento, cabendo a cada Junta a importância de 36 874\$50.

SEGURANÇA SOCIAL

À Secretaria Regional dos Assuntos Sociais cabe, no âmbito do citado Plano de Investimentos, a verba de 103 000 contos, reservando-se 58 000 contos ao programa hospitalar e 45 000 contos aos restantes programas da responsabilidade da referida Secretaria.

Quanto ao programa hospitalar, o orçamento para 1977 fora de 15 000 contos, o que, em relação a 1978, significa um aumento na ordem dos 286,7 por cento.

No programa hospitalar para este ano inclui-se a verba de 25 000 contos para obras de beneficiação, ampliação e remodelação dos hospitais concelhios e distritais; para ambulâncias foi reservada a verba de 8000 contos; em equipamento médico para a Região, 10 000 contos;

em equipamento mecânico, 10 000 contos; para aquisição de material de transporte, 5000 contos.

O programa de segurança social que, em 1977, se cifrava em 12 000 contos, aumentou este ano para 45 000 contos, portanto mais 275 por cento. Desse programa salienta-se: apoio a instituições de infância, 6000 contos; apoio a instituições da juventude, 4000 contos; apoio a instituições da terceira idade, 15 000 contos; construção de creches, 10 000 contos; construção de um lar para a terceira idade, 5000 contos.

A realização desses programas é efectuada, ou directamente pela Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, ou em colaboração e apoio às autarquias locais.

COMERCIALIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

Por outro lado, o programa de desenvolvimento da comercialização e distribuição, a realizar no âmbito do Plano de Investimentos da Região para 1978, envolve o montante de 41 700 contos distribuídos pelos seguintes empreendimentos: construção de um armazém polivalente em S. Miguel, 11 910 contos; construção de armazéns polivalentes de frio em Terceira, S. Jorge, Faial, Graciosa e Santa Maria, 6590 contos; 10 200 contos para postos de venda e equipamento de apoio; 7000 contos para armazéns polivalentes de apoio aos postos de venda e respectivo parque de viaturas;

e 6000 contos para outros armazéns.

O programa de construção de matadouros engloba a verba de 29 000 contos, sendo 22 000 contos para matadouros em Santa Maria, Terceira, S. Jorge, Graciosa e Flores, e 7000 contos para ampliação do matadouro de Ponta Delgada.

A verba de 6200 contos, destinada ao programa de investigação científica, será aplicada na carta vulcanológica de S. Miguel, estudo dos recursos naturais da Terceira, estudos petrográficos, equipamento de infra-vermelhos e de magnética nuclear.

Festa religiosa

Voltou a celebrar-se na Igreja Matriz de Ponta Delgada, a tradicional «Festa da Pomba»,

que teve a sua origem na segunda-feira de Pascoela, em 1673.

Nessa remota data, cantava-se

missa de acção de graças ao Espírito Santo por haver cessado uma epidemia, cujos efeitos devastadores ceifavam vinte vidas por dia. Nessa altura, uma pomba entrou pelo templo, indo pousar inicialmente no púlpito e depois sobre o friso de uma capela. Obra do acaso ou milagre? Quis a crença popular que

fosse milagre. Assim, passou a ser considerada miraculosa a passagem da pomba pelo lugar, como, naturalmente, símbolo do Espírito Santo. A nobreza seiscentista residente em S. Miguel instituiu a «Festa da Pombinha», e é assim que esta singular festividade religiosa vai agora no seu quarto século de efectivação.

Rádio Clube de Angra 31 anos de emissões

A estação açoriana Rádio Clube de Angra completou o seu trigésimo primeiro aniversário de actividade.

Principal estação privada de radiodifusão do arquipélago dos Açores, o Rádio Clube de Angra, que se apresenta como a «Voz

da Terceira», foi felicitado pelo ministro da República para os Açores e pelos deputados sociais-democratas e socialistas do arquipélago na Assembleia da República e na Assembleia Regional, através de mensagens enviadas para esta estação.

Aniversário da cidade de Ponta Delgada

Completaram-se 432 anos sobre a data da elevação a cidade de Ponta Delgada, a 2 de Abril de 1546.

Vila desde 1499, Ponta Delgada tornou-se no século XVI o principal centro comercial dos Açores, exportando, ao longo dos anos, tabaco, açúcar, citri-

nos, milho, trigo, gado e ananazes. Na primeira metade do século passado, Ponta Delgada contava já com 20 mil habitantes, pouco tendo aumentado a população nos últimos cento e cinquenta anos, o que se deve, em grande parte, ao fenómeno emigratório.

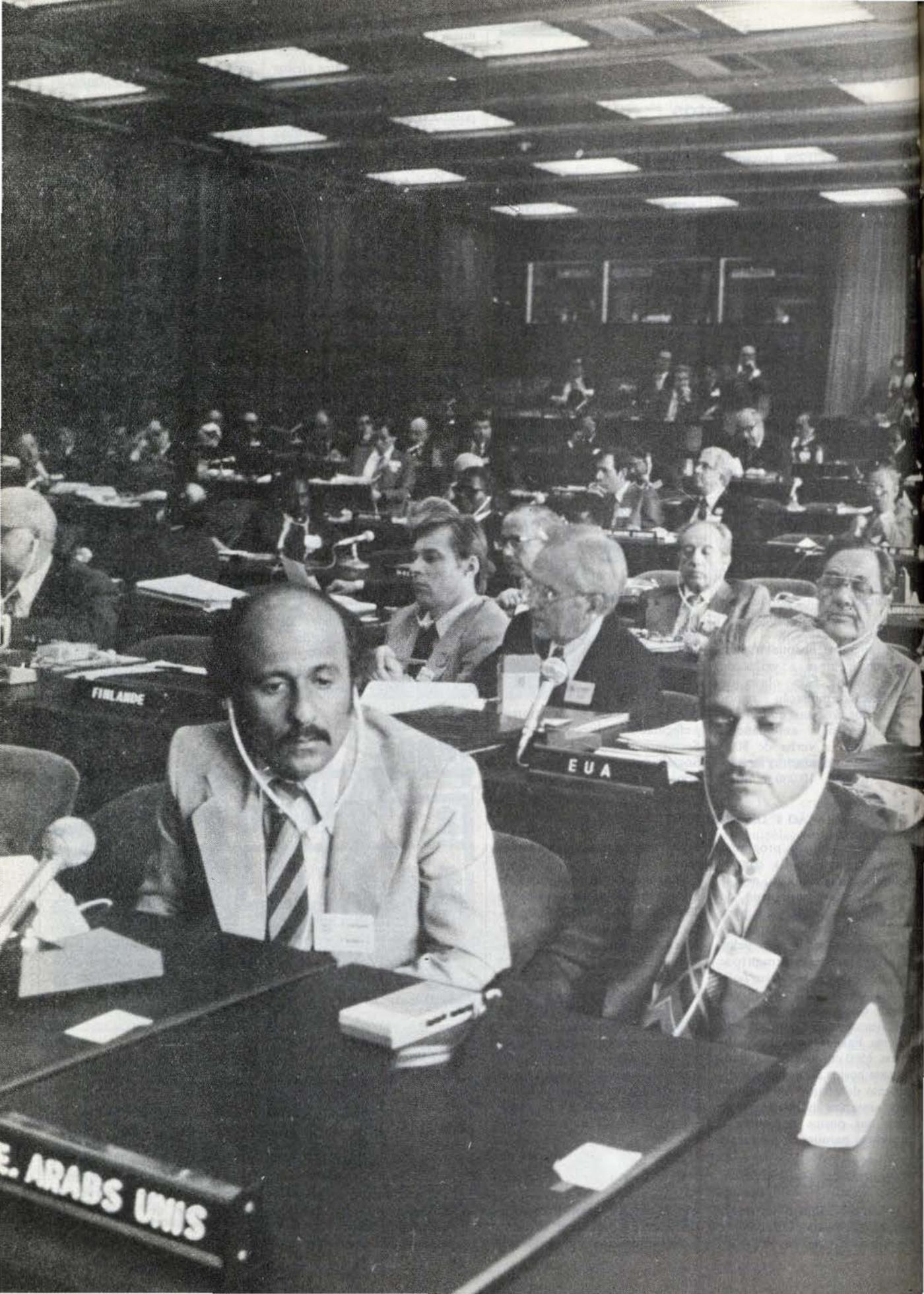


Ponta Delgada: Igreja de S. José

Efeméride

Em 1895 foi publicado o primeiro estatuto da autonomia insular. Agora, oitenta e sete anos mais tarde, a efeméride foi registada com relevo nos jornais açorianos. O projecto foi elaborado por uma comissão de Autonomia constituída para o efeito, sendo posteriormente

enviado aos deputados pelo círculo de Ponta Delgada — dr. Dinis Moreira da Mota, dr. Mariano Machado Faria e Maia e Francisco de Almeida de Brito — que o apresentaram na sessão parlamentar de 13 de Junho de 1893.



UNIÃO INTERPARLAMENTAR REUNIU EM LISBOA

35



Cerimónia inaugural da Reunião da Primavera da União Interparlamentar, na Assembleia da República; da esquerda para a direita: Luigi Cottafavi, representante do secretário-geral da ONU, Mário Soares, Mahmoud Ziai, presidente da UIP, general Ramalho Eanes, Vasco da Gama Fernandes, Pio Carlo Terenzio, secretário-geral da UIP e Rodolfo Crespo, chefe da delegação portuguesa a esta reunião.



Decorreu em Lisboa a Reunião da Primavera da União Interparlamentar (UIP), na qual participaram cerca de 450 deputados representando 75 parlamentos de países de todo o mundo. Com o estatuto de observadores estiveram presentes às sessões — que se realizaram na Fundação Gulbenkian — delegados de vários organismos internacionais, tais como as Nações Unidas, Banco Mundial, Conselho da Europa e União Interparlamentar Árabe.

A UIP é a única organização internacional que agrupa representantes de parlamentos de todo o mundo, e tem como objectivo essencial o de fomentar a colaboração entre os Estados para a consolidação e desenvolvimento das instituições representativas e para o estabelecimento da paz e da cooperação entre os povos, segundo os princípios enunciados na Carta das Nações Unidas.

A Assembleia da República aderiu à UIP em Junho do ano passado, tendo sido sugerido em Sófia (Bulgária), durante a reunião de Outono da organização, que a primeira das duas reuniões anuais de 1978 — a chamada Reunião da Primavera — se realizasse em Lisboa, proposta que foi unanimemente aceite pelos representantes portugueses.

Esta 122.ª reunião da União Interparlamentar foi oficialmente inaugurada pelo Presidente da República, general Ramalho Eanes, que, no discurso então pronunciado, salientaria o significado de tal reunião, considerando que a sua realização em Lisboa constituía «o prolongamento natural da nossa adesão aos princípios que orientam a União Interparlamentar, em que nos integramos por decisão da Assembleia da República e por coerência com os valores políticos, nacionais e internacionais, que defendemos».

Depois de referir que «a defesa da representação livre e directa dos povos encontra uma das suas formas mais perfeitas na concepção parlamentar», o Presidente Eanes defendeu os princípios do parlamentarismo, o qual, afirmou, «permite assegurar que, de todas as regiões, de todos os grupos e classes sociais, de todas as formações partidárias, saiam os representantes legítimos e capazes de expressar e defender os respectivos interesses, através de correcta fundamentação política e adequada tradução técnica».

Mais adiante, Ramalho Eanes realçou dois dos temas que iriam ser debatidos pelos participantes nesta reunião da UIP: «a segurança internacional, designadamente o desarmamento, e os actos de violência, em particular o terrorismo político». O Chefe do Estado diria, a propósito, que tais temas não constituam «questões separadas», dado não se poderem desligar «da construção de uma nova ordem económica internacional, que assegure a todos os países uma maior igualdade de oportunidades, nem de um sério empenho na defesa das liberdades e dos direitos do homem».

«A urgente necessidade de pôr termo à corrida aos armamentos justifica o apoio dos parlamentos aos esforços nesse sentido desenvolvidos na esfera internacional e especialmente sob a égide das Nações Unidas», prosseguiu Ramalho Eanes.

«Infelizmente», disse ainda o Presidente português, «a segurança tem de continuar a absorver uma parte essencial dos nossos esforços. Partilhamos sinceramente da preocupação de todos os países que desejam o desanuviamento das relações internacionais e lutam por ele. Mas, exactamente pela sinceridade dos nossos propósitos, nem devemos pôr em risco a liberdade e a independência do nosso povo, nem queremos fazê-lo viver com a garantia precária de uma paz armada».

Nesta sessão inaugural falaram ainda o presidente da Assembleia da República, Vasco da Gama Fernandes e o presidente do conselho da UIP, Mahmoud Ziai.

A delegação portuguesa que participou nos trabalhos desta reunião da União Interparlamentar era chefiada por Rodolfo Crespo (PS) e integrava os deputados Luís Filipe Madeira, Godinho de Matos e António Esteves (todos do grupo parlamentar do PS), Cunha Leal, Marques Mendes e Figueiredo Dias (do grupo parlamentar do PSD), Henrique Moreira e Gomes Moita (ambos do CDS) e Alda Nogueira e Sousa Marques (do PCP).

Os relatórios preparados pelas diversas comissões especializadas e que foram depois



Pio Carlo Terenzio, Mahmoud Ziai e Rodolfo Crespo, durante uma conferência de imprensa



Pio Carlo Terenzio e Vasco da Gama Fernandes presidindo a uma das sessões da reunião

A PARTICIPAÇÃO DE PORTUGAL NA EFTA



Três aspectos das sessões de trabalho da UIP, realizadas na Fundação Gulbenkian

votados em plenário na última sessão de trabalhos, referiram-se principalmente à condenação do terrorismo internacional — com ressalva para as atividades de alguns movimentos de libertação nacional, cuja luta é aceite pela Carta das Nações Unidas —, ao desarmamento recíproco e gradual dos dois grandes blocos militares (soviético e norte-americano), com vista a um desanuviamento a nível mundial, ao combate ao colonialismo e «apartheid» e, ainda, a questões relacionadas com o combate ao analfabetismo e a formação de uma nova ordem económica internacional, tendente a diminuir a dívida externa de países em vias de desenvolvimento.

O plenário da UIP votou também a admissão de dois novos países membros, Chipre (por maioria) e Marrocos (por unanimidade) e a exclusão do Paquistão (país onde a actividade do respectivo Parlamento foi suspensa). Em breves declarações, após ter sido confirmada a sua admissão, os delegados de Chipre afirmaram que representavam «um pequeno país não alinhado que deseja viver em paz e cooperação com todos os povos do mundo», enquanto os representantes marroquinos sublinharam o facto de a entrada do seu país na UIP se ter verificado em Portugal, país ao qual Marrocos está ligado por laços de amizade.

Além da aprovação, por maioria, de uma proposta apresentada pelos delegados do Líbano, condenando a invasão do seu país por tropas israelitas, os parlamentares do UIP ouviram ainda algumas exposições sobre a situação de deputados privados de liberdade e, em alguns casos, torturados em diversos países, tendo deliberado recomendar aos vários grupos nacionais participantes nesta reunião que tomem medidas adequadas para a defesa dos direitos humanos de vários parlamentares, nomeadamente na América Latina, África e Ásia, e ainda de apoio à luta do povo chileno.

O plenário deliberou, por outro lado, reconduzir Pio Carlo Terenzio no cargo de secretário-geral da UIP, por novo período de quatro anos.

Após a sessão de encerramento, realizou-se uma conferência de imprensa em que participaram Carlo Pio Terenzio, Mahmoud Ziai, presidente do Conselho da UIP, Will Kok, membro do secretariado da organização, e o deputado Rodolfo Crespo, chefe da delegação portuguesa.

Mahmoud Ziad sublinharia, neste encontro com os jornalistas, a boa organização dos trabalhos, elogiando os serviços portugueses e agradecendo a hospitalidade que rodeou os membros das 75 delegações presentes.

CHARLES MULLER EM LISBOA : ANALISADA A PARTICIPAÇÃO DE PORTUGAL NA EFTA

38

O secretário-geral da Associação Europeia de Comércio Livre (E.F.T.A.), Charles Muller, afirmou, durante uma conferência de imprensa — na qual analisou os resultados da visita oficial de três dias que efectuou a Portugal —, que os países membros daquela organização «aceitaram com compreensão e benevolência a opção feita por Portugal quanto à sua adesão à Comunidade Económica Europeia (C.E.E.)», acrescentando que, «tanto técnica como politicamente, nada impede que Portugal continue a ser membro da E.F.T.A. mesmo depois de concretizada a sua adesão à C.E.E.».

Charles Muller, que durante a sua estada em Lisboa participou em várias reuniões com as autoridades portuguesas no Secretariado para a Cooperação Económica e Técnica Externa e se avistou com os ministros das Finanças e do Plano, da Indústria e Tecnologia, do Comércio e Turismo e dos Negócios Estrangeiros e, ainda, com o governador do Banco de Portugal, disse

aos jornalistas que através desta deslocação ao nosso País pretendia «fazer o ponto da situação», dado que ocorrera recentemente a formação de novo Governo e se impunha auscultar os pontos de vista dos novos governantes sobre os problemas decorrentes da projectada integração de Portugal na C. E. E. e, particularmente, no que respeita à participação portuguesa na E.F.T.A.

O secretário-geral da E.F.T.A. considerou «muito interessantes e frutuosas» as conversações que manteve com os membros do Governo português e com os representantes dos diversos departamentos oficiais que intervieram nestas conversações, tendo acentuado que, ao longo dos dezasseis anos de participação de Portugal na E.F.T.A., o nosso País recebeu daquela Associação importantes benefícios de natureza económica. Frisou, em especial, que as exportações portuguesas para os outros países da E.F.T.A. têm crescido ao ritmo de 19,3 por cento ao ano, ao passo que as

importações portuguesas daqueles países tiveram um aumento médio anual de 11,4 por cento.

Charles Muller fez questão de sublinhar que, graças às condições especiais oferecidas pela E.F.T.A. a Portugal, tem sido possível assegurar o desenvolvimento de alguns sectores da indústria nacional, como o dos têxteis, cujos produtos têm vindo a beneficiar de condições particularmente favoráveis no mercado da Associação.

POSSÍVEL AUMENTO DO AUXÍLIO FINANCEIRO

Reconhecendo as dificuldades económicas surgidas em Portugal após o 25 de Abril de 1974, a E.F.T.A. concordou em prolongar o período de «desarmamento aduaneiro e tarifário» que deveria estar concluído este ano, recordou Charles Muller, que se referiu também à ajuda financeira de 100 milhões de dólares — denominada «Fundo de Desenvolvimento Industrial para Portugal» — que aquela Associação estabeleceu para apoiar as pequenas e médias



Vitor Constâncio com Charles Muller



Simbolo da Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA)

empresas industriais portuguesas e cujo montante se encontra já totalmente utilizado, estando em estudo o eventual alargamento daquela soma bem como novas concessões no domínio dos produtos agrícolas.

PORTUGAL E O ACORDO ENTRE A ESPANHA E A E.F.T.A.

No que respeita ao acordo preferencial que a Espanha poderá vir a concluir com



a E.F.T.A., e suas repercussões para o nosso País, Charles Muller declarou que, caso venha a concretizar-se a cooperação da Espanha com a E.F.T.A., Portugal terá naturalmente de encarar a hipótese de fazer «determinadas concessões à Espanha», na medida em que, sendo semelhantes as produções dos dois países ibéricos, uma situação concorrencial entre ambos não seria aconselhável. O secretário-geral da E.F.T.A. acrescentaria, a propósito:

«Portugal poderá fazer concessões em relação à Espanha, na medida em que Portugal é um membro fundador da E.F.T.A., enquanto a Espanha apenas se tornará sua associada na base de um acordo preferencial. Poder-se-á encontrar um equilíbrio justo, visto que é importante para Portugal estreitar uma colaboração económica com a Espanha, que tem um comércio muito mais avançado.»

COEXISTÊNCIA DA E.F.T.A. E DA C.E.E.

Interrogado sobre a hipótese de a sobrevivência da E.F.T.A. poder vir a ser comprometida, face aos pedidos de adesão à C.E.E. formulados por Portugal, Espanha e Grécia — com a consequente expansão da Comunidade para a Europa meridional e mediterrânica —, Charles Muller mostrou-se convicto de que «não há incompatibilidade entre o alargamento da C.E.E., mediante a adesão de novos países como

os três referidos», e o futuro da Associação Europeia do Comércio Livre, dado que «todos os países membros são de opinião que as duas organizações podem coexistir paralelamente e por isso há razões para crer que ambas continuarão a existir num largo futuro».

O secretário-geral da EFTA recordou que este assunto foi já abordado durante a reunião do Conselho Ministerial da Associação, em Viena, no ano passado, tendo então sido reconhecido que, enquanto a C.E.E. visa atingir uma cooperação político-económica a diversos níveis, a E.F.T.A. prossegue os objectivos enunciados desde a sua fundação: desenvolver uma estreita cooperação económica com benefícios mútuos para todos os seus participantes e associados, mas guardando a mais estrita neutralidade em matéria política. Por isso mesmo, os países membros da E.F.T.A. são livres de aderir ou negociar acordos de cooperação ou associação com quaisquer outras organizações congéneres.

CONTROLAR AS IMPORTAÇÕES

Durante este encontro com os jornalistas, que decorreu no Ministério dos Negócios Estrangeiros e foi presidido pelo ministro Sá Machado, usou também da palavra o titular da pasta do Comércio e Turismo, Basílio Horta, que foi categórico em afirmar que, contrariamente ao que chegou a ser noticiado, Portugal não irá aplicar quaisquer novas medidas restritivas às importações provenientes dos países da E.F.T.A. O ministro acrescentou, porém, que o nosso País, com plena aprovação dos restantes membros da Associação, se reserva obviamente o direito de exercer um adequado controlo sobre as importações, na medida em que estas têm influência determinante na nossa balança de pagamentos, cujo défice é imperioso reduzir. Contudo, esclareceu Basílio Horta, tais medidas terão um carácter puramente interno e de forma alguma discriminatório contra qualquer país da E.F.T.A. ou da C.E.E.



Charles Muller, Sá Machado e Basílio Horta durante a conferência de imprensa no Ministério dos Negócios Estrangeiros

GRÃ-BRETANHA, AUSTRIA E JAPÃO PARTICIPAM NO "GRANDE EMPRÉSTIMO" A PORTUGAL



O embaixador britânico discursa após a assinatura do acordo referente à participação da Grã-Bretanha no «grande empréstimo»: «Lorde» Moran cumprimenta Silva Lopes, governador do Banco de Portugal



Foram já assinados os acordos relativos à participação da Grã-Bretanha, Austrália e Japão no plano de auxílio multilateral à balança de pagamentos portuguesa, vulgarmente designado por «grande empréstimo internacional», no montante de 750 milhões de dólares (cerca de 30 milhões de contos), o qual, recorde-se, foi decidido durante uma reunião em Paris, em Junho do ano passado, na qual estiveram representados todos os países participantes naquele plano de financiamento.

A Grã-Bretanha concedeu ao nosso País um empréstimo de 20 milhões de dólares (cerca de 800 mil contos), segundo um acordo assinado pelo embaixador britânico em Lisboa, «Lorde» Moran, e pelo governador e vice-governador do Banco de Portugal, Silva Lopes e Rui Vilar, respectivamente.

Durante a cerimónia, depois de acentuar que os problemas da nossa balança de pagamentos «não podem ser resolvidos predominantemente à custa de financiamentos externos», Silva Lopes referiu-se à estreitamento dos laços económicos entre Portugal e o Reino Unido, que continua a ser «o primeiro mercado para as exportações portuguesas, um dos países estrangeiros com mais investimentos em Portugal, um dos nossos principais fornecedores de tecnologia e um dos nossos mais activos parceiros no domínio das operações bancárias e financeiras».

«PRESTAR A PORTUGAL TODO O APOIO POSSÍVEL»

Falando a seguir, o embaixador da Grã-Bretanha afirmou que, apesar das dificuldades do seu país, «o Governo britânico deseja, nesta altura, prestar a Portugal todo o apoio possível».

«Lorde» Moran sublinhou, ainda, que «o povo britânico tem seguido com admiração o estabelecimento de instituições democráticas em Portugal», país que, afirmou, «ocupa um lugar efectivo muito especial» para a Grã-Bretanha.

AS PARTICIPAÇÕES DA ÁUSTRIA E DO JAPÃO

Segundo o acordo assinado entre o Banco de Portugal e o Banco Nacional da Áustria, o financiamento concedido por este último país eleva-se a 10 milhões de dólares (aproximadamente 400 mil contos), por um período de dez anos, com reembolso a partir do termo do quinto ano, à taxa de 7,75 por cento.

Quanto ao Japão, a sua participação no «grande empréstimo» eleva-se a 75 milhões de dólares (cerca de 3 milhões de contos). O acordo respectivo foi assinado, em Tóquio, pelo embaixador português no Japão, Pedro Madeira de Andrade, em representação do Banco de Portugal, e o presidente da instituição estatal bancária, «The Export-Import Bank of Japan», Satoshi Sumita.

Esta contribuição do governo nipónico é a terceira mais importante, no âmbito do «grande empréstimo», a seguir à dos Estados Unidos (que, como foi noticiado no anterior número da Revista, é de 300 milhões de dólares) e à da República Federal da Alemanha (200 milhões de dólares), estando ainda a decorrer os contactos para a atribuição desta última.

As negociações para a obtenção do empréstimo japonês foram efectuadas em Outubro do ano passado, em Tóquio, entre uma delegação do Banco de Portugal e representantes do «The Export-Import Bank of Japan» e de vários bancos comerciais japoneses.

A possibilidade de uma intensificação das trocas comerciais entre Portugal e a Argentina foi realçada pelo secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração, João Lima, na cerimónia de assinatura de um projecto de acordo comercial e de cooperação económica e técnica preparado durante a permanência em Lisboa de uma delegação argentina, chefiada pelo subsecretário de Estado do Comércio Exterior, Alberto Grimoldi.

Durante a sua estada em Lisboa, a missão económica argentina teve conversações, no Ministério dos Negócios Estrangeiros, com uma delegação portuguesa, presidida por João Lima, e estabeleceu contactos sectoriais com vista ao desenvolvimento da cooperação mútua nos sectores da pesca, da agricultura e da pecuária.

POSSIBILIDADES DE COOPERAÇÃO

Segundo uma nota distribuída pelo MNE, as delegações tiveram uma troca de impressões sobre a evolução recente das economias dos dois países, o desenvolvimento das trocas comerciais e as possibilidades que se abrem à cooperação económica e técnica entre a Argentina e Portugal. Foi, igualmente, efectuada uma troca de informações sobre necessidades de importação e possibilidades de abastecimento em carne e cereais.

Conforme se salienta na mesma nota, as conversações decorreram «em ambiente de grande cordialidade», tendo as duas delegações «manifestado seu optimismo quanto às perspectivas futuras das relações económicas entre os dois países».

Na sequência destas reuniões foi preparado um projecto de acordo que irá ser submetido à apreciação das autoridades competentes dos dois países, com vista à sua assinatura num futuro próximo.

Durante a sua permanência na capital portuguesa, o subsecretário de Estado do Comércio Exterior da Argentina, acompanhado pelo embaixador do seu país em Lisboa, foi recebido pelos ministros do Comércio e Turismo e da Agricultura e Pescas, assim como pelo secretário de Estado do Comércio Interno. A delegação argentina visitou, por outro lado, o Laboratório Nacional de Engenharia Civil, a Docapesca, a Sorefame e a Estação Agronómica de Oeiras.

«ÚTIL PONTO DE PARTIDA»

Na cerimónia de assinatura do documento que formaliza os resultados das conversa-

PORTUGAL E A ARGENTINA ASSINAM PROJECTO DE ACORDO COMERCIAL

ções agora realizadas e constitui o projecto de um acordo comercial e de cooperação económica e técnica entre Portugal e a Argentina, o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração, João Lima, formulou votos de que se venha a verificar um rápido incremento nas trocas comerciais e nas relações culturais entre os dois países, tendo salientado que a Argentina deverá ter um dos principais lugares na intensificação do comércio com a América Latina, onde Portugal tem uma presença tradicional. O secretário de Estado

volvam com um maior vigor do que até ao presente».

«UM ACORDO PERFEITO»

Comentando os resultados desta sua estada em Lisboa, em declarações ao jornal «A Capital», Alberto Grimoldi considerou que se havia chegado «a um acordo perfeito» tendo manifestado, por outro lado, as boas impressões recolhidas durante as diversas visitas que efectuou — «o Laboratório Na-

Quero dizer que Portugal, o primeiro País que reconheceu a nossa independência, conta com o beneplácito e o carinho das autoridades argentinas, no prosseguimento do caminho iniciado há cento e cinquenta anos».

DIVERSIFICAR O INTERCÂMBIO COMERCIAL

Na citada entrevista, Alberto Grimoldi salientaria ainda que tanto a Argentina



Alberto Grimoldi e João Lima durante a cerimónia de assinatura do projecto de acordo comercial entre Portugal e a Argentina



considerou, depois, o trabalho das duas delegações como um «útil ponto de partida» para uma efectiva intensificação das trocas, e pôs em relevo a necessidade de novos encontros entre técnicos e produtores, tanto das empresas públicas como privadas, para se proceder à inventariação dos sectores abertos ao intercâmbio luso-argentino.

Por seu lado, Alberto Grimoldi propôs a realização de um novo encontro bilateral em Buenos Aires, para o qual convidou João Lima a estar presente. O subsecretário argentino do Comércio Exterior desejou, igualmente, que, «no futuro, as relações económicas entre os dois países se desen-

cional de Engenharia Civil pareceu-me uma maravilha» —, referindo que «todos os casos serviram para conhecer melhor Portugal, para poder apreciar melhor o seu potencial e para tentar que, no futuro, existam relações comerciais mais transcendentais do que as existentes até hoje».

Interrogado sobre o modo como poderia ser incrementada a cooperação nesse campo entre os dois países, aquele membro do Governo argentino afirmou, nomeadamente:

«Julgo que Portugal reúne condições favoráveis para competir no mercado argentino. Penso, no entanto, que em matéria de exportações terá de adoptar uma posição muito mais agressiva do que aquela que tem praticado até aqui.

como Portugal têm possibilidades de diversificar o intercâmbio comercial para além dos produtos que tradicionalmente nele estão envolvidos, acrescentando:

«Encontrei aqui alguns sectores industriais relativamente bem desenvolvidos, designadamente o sector das pescas, e bem assim um enorme campo de acção na parte de serviços (cito o caso do Instituto da Agricultura), que deverão dar a Portugal hipóteses de acesso ao mercado argentino».

«Inversamente — prosseguiu — creio que a Argentina tem alguns sectores industriais perfeitamente desenvolvidos, como seja o das máquinas para o sector da agro-pecuária, que seriam de muito interesse para este País».

GOVERNO VENEZUELANO CONDECOROU PERSONALIDADES PORTUGUESAS COM A ORDEM DO LIBERTADOR

42

O embaixador da Venezuela em Lisboa, Luís Rodriguez, em nome do presidente daquele país, Carlos Andrés Perez, condecorou o Primeiro-ministro português com a Grã-Cruz da Ordem do Libertador Simon Bolivar, a mais alta distinção venezuelana. Esta condecoração foi atribuída a Mário Soares como «símbolo inolvidável e perene da amizade luso-venezuelana». Numa outra cerimónia, o presidente da Assembleia da República, Vasco da Gama Fernandes, e os ex-ministros dos Negócios Estrangeiros e dos Transportes e Comunicações, respectivamente Medeiros Ferreira e Rui Vilar, foram agraciados com a Ordem do Libertador, em reconhecimento da sua «abnegada trajetória democrática» e da sua «reiterada amizade para com a pátria de Simon Bolivar», conforme salientou o embaixador Luís Rodriguez.

Ao discursar na cerimónia de condecoração de Mário Soares, o embaixador venezuelano destacou «o entendimento fraternal entre os dois povos», salientando também «a colaboração desinteressada que a Venezuela tem prestado a Portugal» no intuito de auxiliar o nosso País a vencer as dificuldades económicas e financeiras com que ainda se debate.

Aquele diplomata realçaria, em seguida, «as profundas raízes que a cultura lusitana deixou em todo o mundo», sublinhando, mais adiante, que «Portugal desfruta, hoje, de um regime verdadeiramente democrático, com respeito integral pelas liberdades».

A terminar, Luís Rodriguez formulou votos para que os dois países reforcem as relações de amizade que os unem, frisando que «muito pouco ou quase nada separa Portugal da Venezuela».

«GRANDE SOLIDARIEDADE DE IDEAIS»

Em breve improviso, o Primeiro-ministro português afirmou que era para ele «uma grande honra receber tal distinção», referindo-se, a seguir, aos «laços de amizade existentes entre os dois países e criados pelos emigrantes portugueses que trabalham na Venezuela, país que consideram a sua segunda pátria», acrescentando:

«Para além desses laços, há ainda uma grande amizade e colaboração entre os Governos de Portugal e da Venezuela que se evidenciaram quando da visita do presidente Andrés Perez ao nosso País».

Mário Soares manifestou a esperança de que a próxima visita do Presidente Ramalho Eanes à Venezuela «seja mais um passo

para o fortalecimento da amizade entre os dois países», os quais — disse a concluir — têm, em comum, «grande solidariedade de ideais».

FIDELIDADE AOS VALORES DEOCRÁTICOS

Ao agraciar Vasco da Gama Fernandes, Medeiros Ferreira e Rui Vilar com a Ordem do Libertador, o embaixador da Venezuela pronunciou um discurso que teve como tema fundamental o conceito de democracia, tendo considerado que a característica essencial da democracia no seu país é «a alternância no exercício do poder». Luís Rodriguez citaria, a propósito, as seguintes palavras de Simon Bolivar:

«A continuação da autoridade num mesmo indivíduo foi frequentemente o fim dos governos democráticos. As repetidas eleições são essenciais nos sistemas populares, porque nada é tão perigoso como deixar permanecer por largo tempo o mesmo cidadão no Poder. O povo acostuma-se a obedecer-lhe e ele habitua-se a mandar; daí nasce a usurpação e a tirania».

Em resposta, Vasco da Gama Fernandes falou em nome dos agraciados com a Ordem do Libertador, tecendo um elogio ao povo venezuelano e à capacidade de convivência pacífica das diversas raças que o integram. Vasco da Gama Fernandes diria ainda que a melhor maneira de agradecer a condecoração da Ordem do Libertador era honrá-la através da fidelidade aos valores democráticos pelos quais ele e os ex-ministros Medeiros Ferreira e Rui Vilar sempre se nortearam.



O embaixador da Venezuela felicita o Primeiro-ministro português



Vasco da Gama Fernandes fala em nome dos agraciados com a Ordem do Libertador, ladeado pelo embaixador venezuelano e por Medeiros Ferreira e Rui Vilar

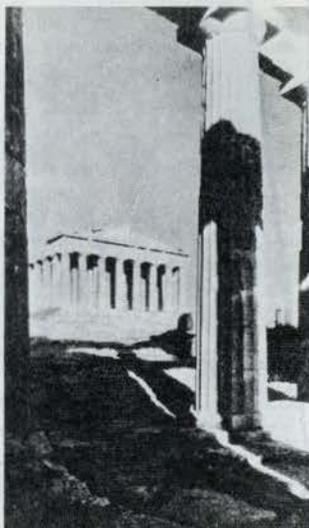
Governo português apoia campanha para salvar a Acrópole

O secretário de Estado da Cultura, António Reis, entregou ao encarregado de negócios da Embaixada da Grécia, em Lisboa, um cheque no valor de cem contos, quantia com que o Governo português participa na campanha internacional lançada pela UNESCO (organismo das Nações Unidas para o desenvolvimento da educação, ciência e cultura) com o objectivo de salvar a Acrópole de Atenas, ameaçada de destruição pela poluição atmosférica.

Na ocasião, António Reis proferiu um curto improviso, no qual salientou que a Acrópole «surge para nós como um símbolo da cultura greco-romana, de onde partimos e da qual somos filhos». O secretário de Estado acrescentaria, a propó-



António Reis, secretário de Estado da Cultura



Um aspecto da Acrópole

sito desta oferta do Governo português, que «ao sensibilizar a opinião pública para a necessidade de salvaguardar a Acrópole, que está em perigo, estamos igualmente a cumprir um acto de identificação da nossa cultura e civilização com a greco-romana, de que partimos, e com a civilização europeia, em que cada vez mais nos pretendemos integrar».

Por seu turno, o encarregado de negócios da Embaixada da Grécia em Lisboa, Alexis Zepos, agradeceu, em nome do seu país, o «gesto do Governo português», o qual, acentuou, «contribuirá para os esforços de preservação dos monumentos da Acrópole de Atenas, que não pertencem só aos gregos, mas fazem parte do património de toda a Humanidade».

Livros mexicanos para a Universidade de Lisboa

O Governo mexicano ofereceu à biblioteca da Universidade de Lisboa uma valiosa colecção de livros, num total aproximado de 500 volumes. Esta colecção inclui obras sobre Direito, Administração Pública, Política, Sociologia, História, Economia, Literatura, Filosofia, Antropologia, Etnografia, Educação, Agricultura e Pescas.

Na cerimónia em que procedeu à entrega formal daquela colecção de livros à Universidade de Lisboa, o presidente da delegação da Comissão Interparlamentar Mexicana — que participou nos trabalhos da reunião da União Interparlamentar, em Lisboa —, dr. Joaquim Gamboa Pascoe, falando em nome do Governo do seu país, realçou os laços de amizade que ligam o México a Portugal, aludindo, ainda, ao reforço dos mesmos.

Por seu turno, o reitor da Universidade de Lisboa, prof. Ilídio do Amaral, ao agradecer aquela significativa oferta, referiu-se ao México como exemplo de um país resultante da fusão de povos e culturas.

Ilídio do Amaral teve, por outro lado, palavras de apreço para a Constituição mexicana, de 1917, que consagrava o conceito de «município livre», base da organização administrativa e política, e que era extremamente inovadora nessa época, segundo frisou.

Semana da Cultura Portuguesa em Viterbo (Itália)



Imagens dos filmes «Douro, Faina Fluvial» e «O Passado e o Presente», de Manuel de Oliveira

Em Viterbo, perto de Roma, decorreu uma «Semana da Cultura Portuguesa», organizada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, em colaboração com um consórcio de bibliotecas e autoridades daquela cidade italiana.

A iniciativa — que se realizou na biblioteca municipal de Vi-

terbo — incluiu exposições de 62 gravuras de artistas plásticos e de livros portugueses (em número superior a duas centenas de volumes), e a exibição de filmes de Manuel de Oliveira («Douro, Faina Fluvial» e «O Passado e o Presente») e de Manuel Costa e Silva («Festa,

Trabalho e Pão em Grijó da Parada»), bem como um debate sobre Portugal.

A organização desta Semana insere-se numa série de actividades do MNE que têm por objectivo levar ao estrangeiro uma imagem da cultura portuguesa contemporânea.

Filme produzido pela SEE seleccionado para «Mostra» de Montreal

O «Comité d'Action Cinématographique» de Montreal, que organiza periodicamente festivais — denominados «Rencontres Internationales pour un Nouveau Cinéma» — dedicados à divulgação das produções cinematográficas de diversos países, seleccionando os filmes mais representativos de cada país, levou a efeito, no passado mês de Abril, uma «Mostra de Cinema Português» que decorreu naquela cidade canadiana, onde, recorde-se, existe uma grande comunidade portuguesa.

Para esta iniciativa — que contou com a colaboração do Instituto Português de Cinema — o referido «Comité» escolheu um conjunto de curtas, médias e longas-metragens realizadas por cineastas portugueses entre 1974 e 1977. Nesta «Mostra» foi incluído o filme «Provas para um



Os pauliteiros de Miranda no filme «Provas para um retrato em Corpo Inteiro»

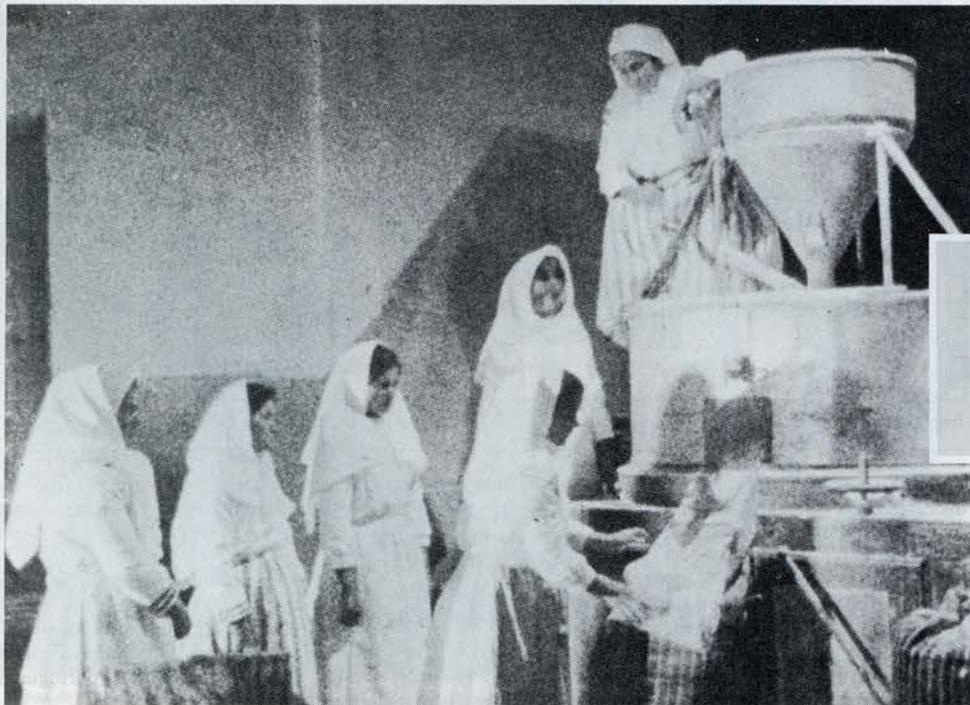
Retrato de Corpo Inteiro», realizado no ano passado pela equipa de TV/Cinema da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração. Esta longa-

-metragem, com a duração de 1 hora e 30 minutos, foi produzida pela citada Secretaria de Estado e havia já sido apresentada, em Dezembro de 1977,

no programa de televisão «Mosaïque», emitido pela FR-3 (Paris) e destinado aos trabalhadores portugueses residentes em França.

Filmes portugueses no estrangeiro

Imagem de «Trás-os-Montes», filme realizado por António Reis (à direita)



Os filmes «Antes do Adeus», de Rogério Ceitil, e «A Confederação», de Luís Galvão Teles, foram premiados com uma menção honrosa, atribuída pelo júri do «XXI Festival Internacional do Filme de Autor», que decorreu na cidade italiana de San Remo. Por outro lado, «Trás-os-Mon-

tes», de António Reis e Margarida Martins Cordeiro, foi estreado em Paris, no «Studio Action Républicque», onde tem estado a ser exibido comercialmente, em duas sessões diárias. Em Montreal decorreu, entretanto, uma «Mostra do Cinema Português».

Particularmente bem recebido pela crítica francesa, «Trás-os-Montes» foi classificado por Jacques Siclier, em comentário publicado no diário «Le Monde», como um «documentário poético de combate». Na sua crítica, Jacques Siclier considera ainda que o filme de António Reis e Margarida M. Cordeiro «quebra a tradição clássica, dá à reportagem dimensões de lenda (interpretada pelos verdadeiros habitantes desses campos), abre as formas habituais da linguagem cinematográfica, mergulhando no espaço geográfico encantatório das planícies, lagos e montanhas».



Também o cineasta Joris Ivens se refere entusiasticamente a «Trás-os-Montes», em crítica publicada no jornal «Libération», afirmando que neste filme os autores «deixam existir simultaneamente o passado e o futuro do seu povo através de cenas de sonho imediato na floresta, nos rochedos».

Argélia vai instalar Embaixada em Lisboa

A Argélia vai instalar, em breve, uma Embaixada na capital portuguesa, revelou o vice-presidente da Assembleia Nacional argelina, Layachi Waker, durante uma conferência de imprensa realizada em Lisboa.

Nas suas declarações aos jornalistas, aquele parlamentar argelino — que chefiou a delegação do seu país aos trabalhos da reunião da União Interparlamentar — referiu-se às relações entre Portugal e a Argélia, afirmando, nomeadamente, que as mesmas «devem desenvolver-se no interesse recíproco», e acrescentou:

«A Argélia constitui um mercado muito importante e as empresas portuguesas podem incrementar o fornecimento de produtos e de serviços ao nosso país. Precisamos, também, de grande número de técnicos e operários especializados, que se vão juntar aos portugueses que já lá se encontram».

Layachi Waker teve ainda palavras de apreço para «o acolhimento amigável» de que foi alvo a delegação argelina à citada reunião da União Interparlamentar, por parte das autoridades portuguesas.

Cooperação luso-senegalesa

O desenvolvimento das relações entre o Senegal e Portugal foi salientado pelo embaixador daquele país africano em Lisboa, Charles Delgado, numa mensagem ao povo português que foi divulgada a propósito da passagem do 18.º aniversário da independência da República do Senegal.

«A cooperação luso-senegalesa — afirmou Charles Delgado nessa mensagem — assenta numa vocação natural e profunda dos dois países e dois povos que à beira do Atlântico, um à entrada da Europa e outro à entrada da África negra, por tantos laços estão unidos. Os actos concretos desta cooperação são necessariamente limitados pelos fracos meios materiais de que dispõem os dois países, mas eles não são menos exemplares na procura de uma determinada qualidade».

Depois de mencionar os domínios em que se situam as actuais relações entre Portugal e o Senegal — comércio, cooperação eco-

nómica, científica, técnica e cultural, navegação marítima e aérea, turismo e saúde —, o embaixador senegalês anunciou que se deverá deslocar proximoamente a Lisboa uma delegação da Feira Internacional de Dacar, no seguimento dos contactos entre peritos económicos dos dois países, e que será criada em breve uma sociedade comercial mista, o que, segundo acrescentava aquele diplomata, deverá contribuir para que «as trocas comerciais, de momento insignificantes, possam progredir».

Charles Delgado referiu ainda na sua mensagem que estão igualmente a ser estudadas as possibilidades de cooperação industrial em sectores específicos, nomeadamente no que respeita à zona franco-industrial de Dacar, ao intercâmbio de informações e de experiências e ao sector de estaleiros navais.

Foi, entretanto, fundada em Lisboa a «Associação de Cooperação Luso-Senegalesa», na sequência de conversações havidas em Dacar, quando uma delegação de exportadores portugueses visitou a capital senegalesa.

Esta Associação tem como objectivo principal o de contribuir para «o reforço das relações culturais, económicas, comerciais, científicas e técnicas entre os dois países».

Recorde-se que de entre os produtos senegaleses, interessa particularmente ao nosso País o óleo de amendoim, os derivados da pesca e os fosfatos.

Presidente da Assembleia da República convidado a visitar Marrocos

O presidente da delegação marroquina à reunião da Primavera da União Interparlamentar, que decorreu em Lisboa, anunciou à imprensa ter convidado o presidente da Assembleia da República, Vasco da Gama Fernandes, a visitar Marrocos ainda este ano, convite que foi aceite.

Dey Ould Sidi Baba afirmou, na mesma ocasião, que o seu país tem intenção de desenvolver uma política de amizade e cooperação com Portugal, tendo em conta as relações com os países europeus e atlânticos e o facto de Marrocos ser o país africano mais próximo da Europa.

Sidi Baba declarou, por outro lado, que o grupo parlamentar marroquino pretende colaborar na acção que a União Interparlamentar se propõe desenvolver

a favor da paz, da cooperação internacional e do reforço do espírito democrático no mundo.

O presidente da delegação marroquina referiu, também, o facto de a presença do seu país, num contexto interparlamentar, abrir perspectivas de colaboração entre a União Africana de Parlamentares, a União Árabe dos Parlamentares e a própria União Interparlamentar.

Por seu turno, Alberto Dionísio, advogado da Embaixada de Marrocos em Lisboa, revelou aos jornalistas ter sido fundada a Associação de Amizade e Cooperação Portugal-Marrocos.

Intensificação do Comércio luso-cubano

Portugal e Cuba assinaram um protocolo comercial para o corrente ano, tendo como objectivo incrementar as relações entre os dois países neste sector e estabelecer as bases de desenvolvimento nas áreas de interesse económico bilateral, segundo noticiou a Anop. O documento foi subscrito, em Havana, pelo secretário de Estado do Comércio Externo de Portugal, Carlos Antunes Filipe, e pelo vice-ministro cubano do Comércio Exterior, Ricardo Cabrisas Ruiz.

A assinatura deste protocolo decorreu no final dos trabalhos da primeira reunião da Comissão Mista Intergovernamental Luso-Cubana, que se realizou em Havana. A delegação portuguesa a esta reunião era chefiada pelo secretário de Estado do Comércio Externo e integrava o director-geral daquele departamento, Dias de Oliveira, técnicos do Fundo de Fomento de Exportação e do Ministério dos Negócios Estrangeiros e ainda representantes de empresas nacionalizadas e privadas, ligadas à metalomecânica pesada, à construção e reparação naval e à cortiça.

Em declarações à imprensa, Carlos Filipe considerou que as nossas relações económicas com Cuba se têm caracterizado por uma corrente de exportações de pequeno montante, ao passo que as compras de Portugal àquele país são mais elevadas, tanto em volume como em valor. O secretário de Estado adiantaria, a este propósito, que Cuba estaria disposta «a comprar novos produtos portugueses até à ordem dos três milhões de dólares, este ano».

Carlos Filipe adiantou que, segundo o protocolo agora estabelecido, o nosso País comprará

anualmente 70 mil toneladas de açúcar a Cuba, até 1981, prevenindo-se o desenvolvimento da cooperação económica em sectores como o das conservas de peixe, desenvolvimento portuário, café e indústria alimentar. Portugal prestará a Cuba diversos tipos de serviços, designadamente no sector da reparação naval.

Durante a sua estada em Cuba, o secretário de Estado do Comércio Externo teve encontros com vários membros do Governo daquele país e visitou uma refinaria de açúcar e um terminal de embarque de açúcar a granel.

Acordo de pescas entre Portugal e o Japão

Segundo um acordo recentemente assinado, em Lisboa, por representantes de Portugal e do Japão, barcos de pesca deste último país poderão operar na zona marítima sob jurisdição de Portugal.

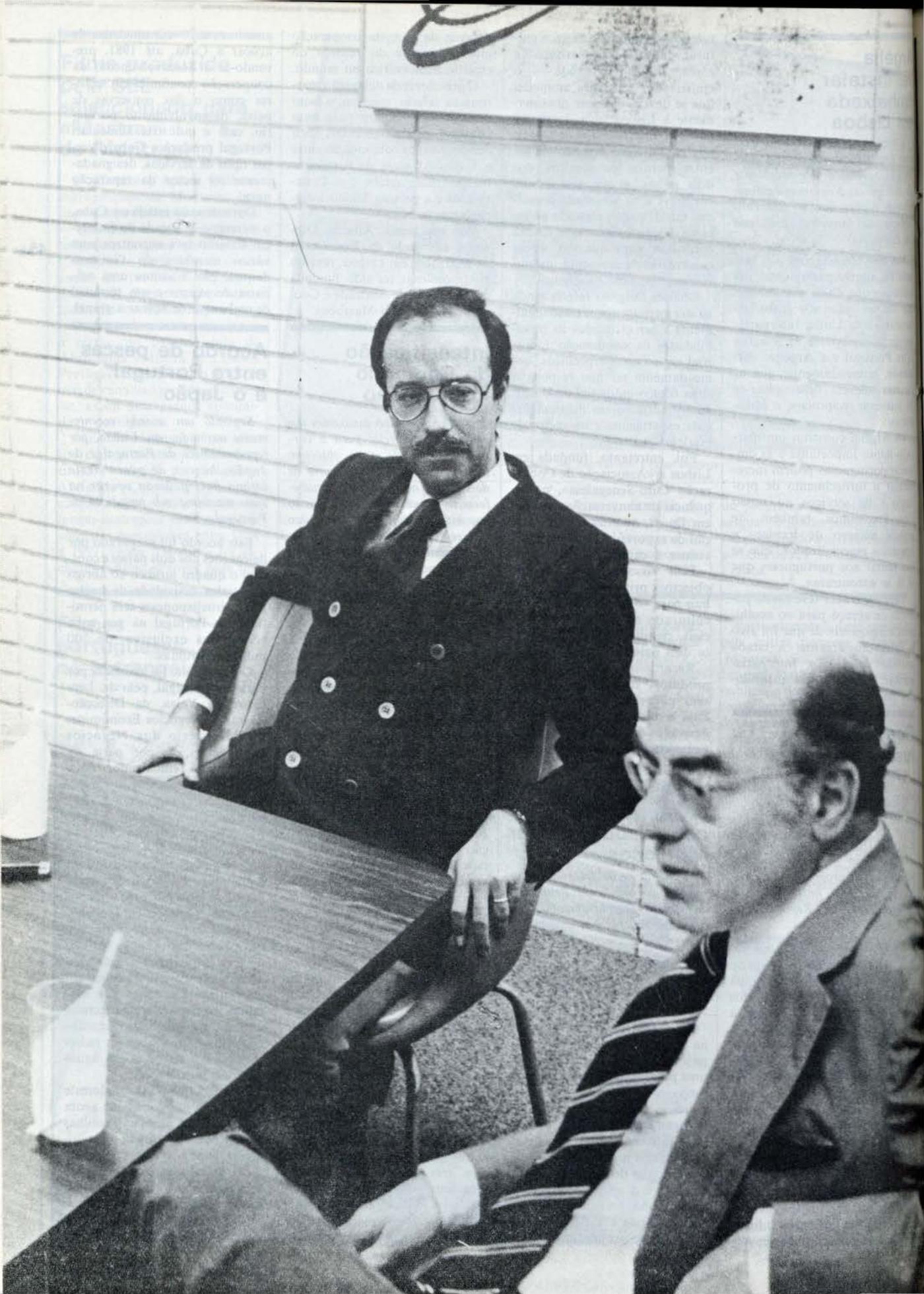
Este acordo foi preparado por delegações dos dois países e constituiu o quadro jurídico ao abrigo do qual a actividade de navios pesqueiros japoneses será permitida por Portugal na sua zona económica exclusiva, de 200 milhas marítimas.

O documento foi assinado, por parte de Portugal, pelo dr. Lencastre da Veiga, da Direcção-Geral de Negócios Económicos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e, por parte do Japão, pelo embaixador deste país em Lisboa, Moriti Tani.

A delegação portuguesa que participou nos trabalhos de preparação do convénio incluiu representantes dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Agricultura e Pescas, Comando Naval, e dos Governos Regionais dos Açores e da Madeira.

Este acordo insere-se no que estabelece o Decreto-Lei n.º 33/77, que fixou a zona económica exclusiva de Portugal em 200 milhas marítimas. De harmonia com o referido decreto, deverão ser concluídos acordos bilaterais com os diversos países interessados na pesca em águas da zona portuguesa.

O Japão, que tradicionalmente pesca atum nas zonas que agora fazem parte da área de 200 milhas pertencente a Portugal, foi o primeiro país a celebrar o necessário acordo, estando previsto para breve o início de conversações com outros países, nomeadamente a Espanha, a França e a União Soviética.



JOÃO LIMA VISITOU A COMUNIDADE PORTUGUESA NA VENEZUELA

Caracas: João Lima
com o embaixador de
Portugal, Walter Rosa

Durante a visita de trabalho que efectuou à Venezuela, o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração, dr. João Lima, teve diversos contactos com autoridades daquele país e com os núcleos de portugueses residentes em Caracas e em várias cidades do interior.

No aeroporto da capital venezuelana, aquele membro do Governo português foi recebido pelo embaixador Walter Rosa, funcionários da Embaixada e Consulado e um representante do Ministério das Relações Exteriores da Venezuela.

Depois de um encontro com Octávio Lepage, ministro venezuelano das Relações Exteriores, João Lima participou numa reunião promovida pela Câmara de Comércio, Indústria e Turismo Luso-Venezuelana. Durante essa reunião o secretário de Estado acentuou o importante papel que cabe aos empresários no domínio do comércio externo e da própria cooperação económica bilateral.

João Lima lançou, também, a ideia da criação de empresas mistas, projecto que considerou ser altamente desejável, dado que os recursos financeiros da Venezuela e os trabalhadores especializados e a tecnologia portuguesa se completam e podem contribuir para o melhor aproveitamento das capacidades dos dois países.

ACORDOS EM PREPARAÇÃO

Em declarações à Anop, João Lima realçou a importância das conversações havidas com as autoridades venezuelanas e admitiu claramente que o acordo operacional de emigração que tem vindo a ser negociado possa resultar vantajoso para ambos os países. O secretário de Estado revelou, por outro lado, que a preparação de uma série de convénios económicos e culturais entre os dois países se encontra em fase muito adiantada, esperando-se que tais acordos possam vir a ser assinados durante a próxima visita a Caracas do general Ramalho Eanes.

João Lima referir-se-ia, também, à reunião que teve com o ministro venezuelano do Interior, na qual foram debatidos problemas relacionados com os circuitos clandestinos de emigração, os quais, em relação à Venezuela, assumem uma dimensão preocupante, revestindo-se, segundo afirmou o secretário de Estado, de «consequências

trágicas, não só sob o ponto de vista político e económico, mas sobretudo sob o ponto de vista humano».

REUNIÕES EM CARACAS

Ainda em Caracas, o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração, acompanhado pelo embaixador de Portugal, teve reuniões com o director-nacional de Identificação e Estrangeiros, Gonzalo Plaza, director-geral das Relações Exteriores, Jorge Matellini, e com os presidentes do Conselho de Recursos Humanos e do Instituto Venezuelano de Seguros Sociais. João Lima avistara-se também com o ministro do Desenvolvimento, Lorenzo Azpúrua.

Na capital venezuelana, o secretário de Estado visitou, por outro lado, diversas agremiações portuguesas, entre as quais a Associação Desportiva Luso-Venezuelana.

VISITA ÀS COMUNIDADES PORTUGUESAS

Na sua visita às comunidades portuguesas residentes em localidades do interior da Venezuela, João Lima esteve, designadamente, em Barquisimeto, Guanare, Valência, Maracai, Guayana e Cumana.

Em Barquisimeto, aquele membro do Governo foi recebido por elementos da colónia portuguesa, que formaram um cortejo automóvel até ao centro da cidade. No decurso de uma reunião em que participaram muitos dos nossos compatriotas, o secretário de Estado teve ocasião de responder a inúmeras perguntas sobre Portugal, dado que esta zona não recebe, praticamente, notícias do País. Os representantes da comunidade sublinharam a João Lima que continuam a ser portugueses e pediram o envio de professores para aquela zona, «para que os nossos filhos não esqueçam a língua e a cultura».

João Lima assistiria, a seguir, a uma pequena festa que decorreu na residência de um emigrante madeirense, visitando ainda a Igreja de Fátima, construída pelos portugueses.

Em Guanare, o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração participou num almoço que lhe foi oferecido pela comunidade portuguesa, a que também esteve presente o presidente do município.

Antes de partir para Valência, João Lima depôs coroas de flores nos monumentos a Simon Bolívar e a João Fernandes de Leão Pacheco, português que fundou a cidade de Guanare, em 1591.

Durante a sua breve estada em Valença, João Lima apresentou cumprimentos às

autoridades locais, nomeadamente ao governador, presidente da Assembleia Legislativa, presidente do Conselho Municipal e prefeito da cidade, e participou numa reunião com os emigrantes portugueses, durante a



João Lima à chegada ao aeroporto de Caracas, onde era aguardado pelo embaixador Walter Rosa

qual respondeu a questões relacionadas com a situação política portuguesa, as condições de investimento em Portugal e problemas de ensino.

O secretário de Estado seguiu depois para Maracai. Recorde-se, a propósito, que em Valência e Maracai vivem e trabalham cerca de 39 mil portugueses.

Em todos os encontros efectuados, os emigrantes portugueses pediram a João Lima que, de futuro, sempre que um membro do Governo se deslocar à Venezuela, não deixe de visitar o interior. Esta foi a primeira vez, depois do 25 de Abril de 1974, que um governante português visitou, na Venezuela, os nossos compatriotas residentes em localidades do interior.

UMA IMAGEM NOVA DE PORTUGAL

Tanto às comunidades portuguesas como às autoridades venezuelanas com que contactou, João Lima procurou transmitir uma

imagem nova de Portugal, como país capaz de «exportar, não apenas os trabalhadores», mas ainda tecnologia e cultura.

Foi precisamente para acentuar essa nova imagem de Portugal que foi aberto um pavilhão português na feira de Chaïque, em Caracas, onde foram apresentadas as capacidades industriais, comerciais, culturais, turísticas e tecnológicas do nosso País, através de imagens seleccionadas pelo artista Thomaz de Mello.

dos Negócios Estrangeiros e da Emigração, acompanhado pelo embaixador de Portugal, esteve precisamente na «Inarteca» — a empresa onde se verificou o conflito com os trabalhadores portugueses —, tendo ocasião de ver as instalações onde aqueles se encontram alojados, num acampamento sem o mínimo das condições indispensáveis.

João Lima visitou também a Siderurgia de Orinoco (Sidor) onde, ao contrário do que acontece na «Inarteca», os emigrantes

dos Negócios Estrangeiros e da Emigração aos representantes dos órgãos da comunicação social da comunidade portuguesa e da Venezuela.

Ao referir-se aos muitos milhares de portugueses que ali trabalham, a maioria dos quais disfruta já de uma posição económica e social bastante importante, João Lima acentuou ter tido a preocupação de, durante esta visita, conhecer os seus problemas, as suas vivências, as suas aspirações e também



João Lima em Caracas: «A minha presença na Venezuela foi determinada pela política portuguesa em relação a este país e pelos portugueses que aqui vivem»

AS CONDIÇÕES DE TRABALHO EM PUERTO ORDÁZ

Além de uma deslocação à cidade de Cumana, onde efectuou visitas de cortesia às principais autoridades e teve novo encontro com emigrantes, João Lima esteve em Puerto Ordaz, um dos núcleos urbanos de Guayana, localidade onde, há um ano atrás, se registaram problemas laborais em que estiveram envolvidos trabalhadores portugueses, parte dos quais — os mais reivindicativos no plano sindical — acabariam por ser despedidos e forçados a regressar a Portugal.

Na visita que efectuou a esta povoação das margens do Orinoco (a 750 quilómetros de Caracas), onde trabalham cerca de 10 mil portugueses — alguns em condições muito pouco apreciáveis —, o secretário de Estado

portugueses dispõem de instalações de trabalho e de habitação já perfeitamente dignas. A Sidor é uma empresa estatal venezuelana.

As autoridades locais sugeriram, durante um encontro com João Lima, a criação de um grande centro recreativo português. O secretário de Estado avistar-se-ia ainda com representantes do Centro Social Português ali existente.

CONFERÊNCIA DE IMPRENSA

«A minha presença na Venezuela foi determinada pela política portuguesa em relação a este país e pelos portugueses que aqui vivem», afirmou, durante uma conferência de imprensa, o secretário de Estado

de criar a possibilidade de eles próprios virem a ser um factor importante no desenvolvimento das relações bilaterais entre Portugal e a Venezuela.

João Lima revelou ainda aos jornalistas que, neste momento, se verifica uma nova vaga de emigração para a Venezuela, com um grande número de trabalhadores especializados que vão participar nos projectos de desenvolvimento venezuelano.

O secretário de Estado salientou, por outro lado, que, «dado que as questões políticas estão resolvidas em Portugal», o que se pretende agora é incrementar a cooperação entre Portugal e a Venezuela, não só através das representações diplomática, consular, comercial e outras, mas também da ligação mais íntima entre os sectores económicos e comerciais dos dois países.

«Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades» será comemorado em Portalegre

Segundo foi já anunciado oficialmente, o «Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas» será este ano comemorado na cidade de Portalegre, no Alto Alentejo.

A este propósito o semanário regionalista «A Rabeca», que se publica nesta cidade, referia-se em termos entusiastas à iniciativa que, desta feita, honrou Portalegre.

Entretanto, o Presidente da República, general Ramalho Ea-

nes, recebeu em audiência a Comissão Organizadora do «Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas». Esta Comissão é presidida pelo conselheiro da Revolução, major Vitor Alves, e constituída pelo ministro adjunto do primeiro-ministro, dr. Almedia Santos, pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, dr. Sá Machado, pelo presidente da Fundação Calouste Gulbenkian, dr. Azeredo Perdigão, pelo secretário-geral da Academia das Ciências, coman-

dante Teixeira da Mota, e pelos presidentes das comissões administrativas da TAP, da RDP e da RTP, respectivamente, eng.º Monteiro da Silva, major João Figueiredo e João Soares Louro. O secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração, dr. João Lima também faz parte da referida Comissão, cujo departamento executivo integra Carlos Andrade, João Palmeiro e os tenentes da Armada Graça Ribeiro e Justo Tavares.



Vista parcial da cidade de Portalegre; o Presidente da República com os membros da Comissão Organizadora do «Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas»

Nomeados 31 novos professores para ensino de Português no estrangeiro

Por despacho conjunto dos secretários de Estado da Orientação Pedagógica e da Administração e Equipamento Escolar, já publicado no «Diário da República», foram nomeados 31 novos professores para leccionar em cursos de ensino básico de português no estrangeiro.

professores estão colocados nas seguintes áreas consulares: Estrasburgo (1), Reims (1), Bayonne (3), Lyon (2), Versalhes (3), Tours (2), Toulouse (1), Nogent-sur-Marne (1), Lille (1), Clermont-Ferrand (1), Nancy (1), Havre (2) e Paris (2).

Na Alemanha, as áreas consulares onde trabalham os novos

docentes são: Hamburgo (1), Düsseldorf (2), Estugarda (2), Munique (1) e Osnabrück (2).

Esta lista de nomeações inclui ainda a colocação de novos professores no Luxemburgo (1) e na Holanda (1 para a área consular de Roterdão).

Novas carreiras aéreas

A «Swissair» e a TAP inauguraram as novas ligações Porto-Genebra. A primeira companhia efectuará voos bissemanais, com partidas do Porto às segundas e sábados, às 9 horas e 50 e chegadas de Genebra às sextas e domingos, pelas 20 e 40 horas. A TAP terá somente um voo semanal entre as duas cidades.

49

TAP quer voar para Toronto

O Governo canadiano irá estudar de novo as possibilidades de se estabelecerem voos regulares da TAP para Toronto, segundo pretensão do Governo português e da numerosa comunidade emigrada no Canadá, informou o Ministério dos Negócios Estrangeiros. Ainda segundo a mesma fonte, o Governo canadiano terá alegado a impossibilidade de levar a ideia a concretizar-se a breve prazo, dado que luta com falta de espaço no aeroporto da cidade de Toronto.



Voos semanais Joanesburgo Lisboa

Desde o passado dia 1 de Abril que Joanesburgo e Lisboa estão ligadas por cinco voos semanais. Segundo o departamento de vendas da «South African Airways» os voos entre as duas capitais serão efectuados sem escala, por um «Boeing 747 SP» com lotação de 264 passageiros. A sua duração será de 10 horas e 50 minutos. Entretanto, Lisboa será um dos aeroportos de escala para voos terminais de Joanesburgo para Atenas, Bruxelas, Viena e Madrid.

FRANÇA

Conferência da «Federação das Associações de Trabalhadores Emigrantes»

A Federação das Associações de Trabalhadores Emigrantes (FATE) efectuou a sua segunda Conferência em Paris, tendo como objectivo ratificar os principais objectivos da Federação, que são «a satisfação integral» das reivindicações dos emigrantes, com a «garantia do pão e do trabalho», assim como a divulgação cultural popular e da prática desportiva, «pela solidariedade e amizade entre trabalhadores de todas as nacionalidades» e, finalmente, «por um Portugal onde não precisemos de emigrar».

A FATE faz parte da «Maison des Travailleurs Immigrés» (MTI), agrupamento de traba-

lhadores emigrantes de diferentes nacionalidades, residentes e a trabalhar em França, o qual pretende ser veículo e defensor de algumas das reivindicações mais prementes das diversas comunidades. Saliente-se o facto de o MTI ter vindo a distinguir-se como importante porta-voz na luta contra o racismo, nomeadamente no que se refere aos trabalhadores árabes e norte-africanos imigrados em França.

A FATE, fundada em Janeiro de 1977, conta com a filiação de 12 associações de emigrantes, tendo promovido diversas actividades de âmbito cultural e desportivo, de significativo relevo na vida comunitária dos portugueses residentes em França.



Cartaz-anúncio da II Conferência da FATE

Congresso da Federação António Sérgio

Cerca de uma centena de delegados, representando quinze associações de emigrantes portugueses residentes em França, par-

ticiparam, em Paris (Créteil), no Congresso da FASAPE (Federação António Sérgio de Associações Portuguesas de Emigran-

tes), cuja ordem de trabalhos incluía a revisão dos estatutos da referida Federação e aprovação das linhas gerais de acti-



António Sérgio

CANADÁ

Iniciativas do Centro de Cultura Portuguesa

Chegou à nossa redacção o primeiro exemplar do boletim informativo do «First Portuguese Canadian Club — Centro de Cultura Portuguesa» (722 College St., Toronto). O FPCC de Toronto desenvolve diversas iniciativas e actividades culturais e recreativas, tais como sessões de cinema, orfeão, marchas populares, biblioteca, exposições, colóquios, concursos educativos, etc. Vale a pena acentuar ainda que, em colaboração com o «Toronto Community Law Program» o FPCC leva periodicamente a efeito colóquios sobre a legislação canadiana que interessa à comunidade portuguesa. Assim, do calendário para o corrente ano, citamos os seguintes: «Testamentos», a realizar pelo dr. Ernesto Magalhães Feu, director do «Free Interpreters and Social Centre»; a finalmente a 16 de Maio, colóquio sobre «Compra e venda de pro-

vidade. No que respeita a este último ponto foi deliberado acrescentar a promoção cultural e desportiva, fomentar o movimento cooperativo, e apoiar e orientar o investimento regional em Portugal, além de, entre outros objectivos, ter ficado decidida a publicação regular de um órgão de informação que será, em princípio, um jornal.

Para a sessão de encerramento foram convidados o embaixador de Portugal em França, Coimbra Martins, o vice-presidente da Assembleia da República e membro da direcção da Associação António Sérgio, Tito de Morais, o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração, João Lima e o ex-secretário de Estado da Emigração, segundo, terceiro e quarto Governos provisórios, Pedro Coelho. Como convidado de honra esteve o presidente da municipalidade de Créteil. O Congresso, que se realizou no Clube da Juventude da «Mairie» de Créteil, elegeu a actual direcção constituída por Rafael Vilça, presidente; António Figueiredo, vice-presidente; Germano Lima, secretário; Domingos Lopes, vice-secretário, e Manuel Peres, tesoureiro.

priedades», pelo advogado Eduardo Marcos.

Recorde-se que a Escola do FPCC, com treze anos de exis-



tência, lecciona o ensino primário, preparatório, e secundário unificado, tendo por base os programas oficiais em vigor em Portugal. Esta escola é a única no género oficializada pelo Governo português na região do Ontário. O FPCC conta presentemente com cerca de 1250 associados.

Pintores portugueses numa exposição em Hamburgo

A condenação das explosões atómicas e da utilização indevida da energia nuclear, foi o tema de uma exposição de trabalhos de pintura, colagem, fotografia, desenho, escultura e gravura, realizada na cidade de Hamburgo. A referida exposição, que contou com a participação de cerca de 150 artistas plásticos, registou a presença de dois artistas portugueses que actualmente trabalham na Alemanha Fede-



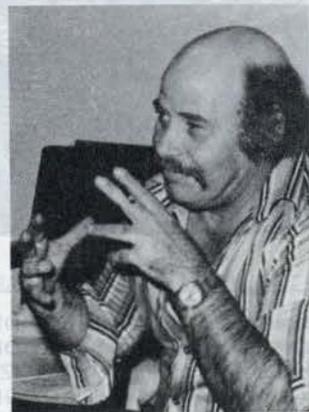
Maria Dias Lino (foto: I. Becker)

ral, Maria Dias Lino e Manuel Gamboa. As obras destes artistas foram, assim, apreciadas por cerca de 5 mil visitantes, entre os quais elevado número de emigrantes portugueses.

Manuel Gamboa é natural de Lagoa (Algarve), tendo emigrado primeiro para Marrocos, onde viveu dois anos, e mais tarde para a Alemanha. Fixou-se definitivamente em Hamburgo, onde reside há treze anos, tendo sido bolseiro da Fundação Gulbenkian. Este artista está representado em diversas colecções particulares de vários países (Brasil, México, Finlândia, Suécia, França e Espanha). Os seus trabalhos têm sido integrados em

exposições individuais e colectivas realizadas em algumas cidades alemãs.

Maria da Luz Dias Lino é natural da freguesia do Feital (Beira Alta). Frequentou a Escola Superior de Belas Artes do Porto, participando nas exposições «Magna» e «Extra» da mesma escola. A Fundação Gulbenkian adquiriu três dos trabalhos expostos para a sua colecção. Em 1964, obteve o 2.º prémio de Desenho na «Queima das Fitas», em Coimbra. Tendo terminado o Curso Superior de Escultura exerceu, durante dois anos, o professorado na Escola Francisco Arruda de Lisboa, vindo depois a fixar-se em Hamburgo. Como nota curiosa saliente-se que Maria da Luz Lino frequentou a Escola de Artes desta cidade alemã, sendo a



Manuel Gamboa (foto: T. Oliveira)

primeira mulher estrangeira a ser eleita para a presidência do parlamento estudantil da Escola de Hamburgo.

A exposição onde ambos participam será apresentada em França, Itália, Holanda, Bélgica, Inglaterra e, provavelmente, a completar o calendário, em Portugal.

inclui, a curto prazo, o lançamento de uma revista de artes e letras, intitulada «Gávea-Chama», a edição de uma colecção de livros de estudos portugueses e brasileiros em língua inglesa, abrangendo, entre outros, os trabalhos apresentados

na série «Roads to Today» e no «Simpósio Internacional sobre Fernando Pessoa» e, finalmente, a edição de uma colecção de literatura diversa — em língua portuguesa — reflectindo a experiência das comunidades emigradas neste país.

Programa de TV sobre portugueses

A estação de televisão WGBH, apresentou no seu segundo canal um programa sobre a comunidade portuguesa do estado de Nova Inglaterra, ao qual foi dado o nome de «Portuguese Pilgrims of New England», segundo anunciou o semanário de língua portuguesa «Portuguese Times».

O referido programa abrangeu

a comunidade de New Bedford e Fall River, tendo sido focados aspectos relacionados com a contribuição dada pelas sucessivas gerações de emigrantes portugueses na economia da região, com particular incidência na indústria piscatória de New Bedford.

51

BRASIL

Gabinete Português de Leitura



Uma das instituições que mais prestigiam os portugueses neste país, o «Gabinete Português de Leitura» na cidade de Salvador, estado da Baía, foi, há meses, alvo das atenções de portugueses e brasileiros: os seus alicerces começaram a ceder, fruto da acção corrosiva do tempo!

Após várias reuniões, a direcção daquela instituição acabou por abandonar o projecto de demolição do velho edifício e

construção de um de traço moderno, optando pela conservação e remodelação do actual, com as indispensáveis obras de manutenção. As obras, entretanto já realizadas, dissiparam o susto que sofreram os amigos do «Gabinete Português de Leitura» de Salvador, garantindo a presença de uma obra cultural, a todos os títulos notável, realizada por gerações de portugueses em terras baianas.

Casa de Portugal de Teresópolis

A Casa de Portugal de Teresópolis foi fundada no dia 1.º de Dezembro de 1959 e conta actualmente com mil sócios. Tendo como objectivo proporcionar aos seus membros e familiares maiores espaços para a prática de diversas modalidades desportivas, esta instituição vai construir mais um terreno para ténis, um campo de voleibol e outro de futebol. Com tais obras, pensam os dirigentes desta agremiação, conseguir-se-á um melhor aproveitamento dos 10 218 m²,

que são propriedade desta Casa de Portugal e onde se encontram instaladas duas piscinas, uma de dimensões semi-olímpicas e outra para crianças. Esta agremiação mantém com dinamismo um programa de actividades desportivas que a tornam exemplar. Saliente-se que, desde Janeiro do presente ano, já foram concluídos três cursos de natação para todas as idades, para além das suas classes de ginástica feminina e masculina.

ESTADOS UNIDOS

Divulgação de literatura portuguesa

O Centro de Estudos Portugueses e Brasileiros da Brown University está a promover um programa intitulado «Musas de Portugal e Brasil», em colabo-

ração com o Departamento de Educação do Estado de Rhode Island. Esta iniciativa insere-se no programa de actividades daquele Centro, programa esse que

"Cântico Final"

52



Manuel Guimarães



Uma imagem de «Cântico Final»

«CÂNTICO FINAL» foi a última realização de Manuel Guimarães. Houve quem dissesse que o realizador teria escolhido a obra homónima de Virgílio Ferreira para adaptação ao cinema não só por, de certo modo, nela se sentir retratado mas ainda porque pressentia o aproximar do fim da sua vida. Faleceu em Janeiro de 1975, deixando o seu filme já na fase derradeira tendo a montagem sido terminada por seu filho.

«CÂNTICO FINAL» inspirado no romance homónimo, como foi dito, conta a história de um professor de liceu e pintor

que, sentindo-se ameaçado por doença incurável, pretende regressar à sua terra natal e no pouco tempo de vida que lhe resta vencer a frustração que sempre o acompanhou.

Compra a um aldeão uma capela abandonada e resolve pela primeira vez dar livre expressão à sua arte.

FICHA TÉCNICA E ARTÍSTICA

TÍTULO: «CÂNTICO FINAL»

ANO DE PRODUÇÃO: 1975

ANO DE ESTREIA: 1976

REALIZAÇÃO: Manuel Guimarães

FOTOGRAFIA: Abel Escoto (Cor)

PINTURAS: de Júlio Resende

MÚSICA: Joly Braga Santos

SOM: Óptico

GÉNERO: Drama

CLASSIFICAÇÃO ETÁRIA: para adultos

PRINCIPAIS INTÉRPRETES: Rui de Car-

valho, Manuela Cardo, Fernando

Curado Ribeiro, Varela Silva, Ana

Zanatti.

NOTICIÁRIO

- Encontram-se nos Consulados Gerais (Serviços Sociais) em Hamburgo e Düsseldorf, cópias do documentário «ALEMANHA — SIGNIFICADO DUMA VISITA», reportagem da visita do Presidente da República, general Ramalho Eanes, à República Federal da Alemanha, a qual se revestiu de grande interesse para os portugueses residentes naquele país.
- A Secretaria de Estado aguarda a entrega de cópia do filme/documentário «FESTA, TRABALHO E PÃO EM GRIJÓ DA

PARADA», da autoria de Manuel Costa e Silva.

ESCLARECIMENTO:

No número 22 (Novembro/Dezembro de 1977) foi publicada uma relação geral dos filmes e documentários integrados no «circuito de cinema» da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração. Esclarece-se que esses programas estão distribuídos por todos os países que beneficiam deste apoio cultural e social e não apenas em cada país ou Consulado pelo que poderá acontecer, naturalmente, que

determinados filmes pretendidos pelas associações não se encontrem no Posto Consular da área a que pertencem ou até mesmo noutros Postos desse país.

Tal, porém, deve ser apenas entendido como impossibilidade temporária de obtenção do programa ou programas desejados. Nestes casos poderão as associações, tal como então foi sugerido, dar a conhecer por escrito aos SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E APOIO CULTURAL (Praça do Areeiro, n.º 11-2.º Esq., Lisboa-1) as suas preferências, as quais serão satisfeitas pela ordem em que forem sendo registadas nas «listas de espera».

AOS ASSINANTES DA REVISTA

Solicita-se aos assinantes ou interessados na assinatura da revista «25 de Abril — Comunidades Portuguesas», o favor de observarem o seguinte:

1. Toda a correspondência deve ser enviada para:

Revista «25 de Abril — Comunidades Portuguesas»

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DA EMIGRAÇÃO.

Palácio das Necessidades, 1.º Piso, Largo do Rilvas, Lisboa-Portugal.

2. Os documentos para pagamentos (cheques, vales de correio, ordens de pagamento, etc.) devem ser dirigidos a:

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DA EMIGRAÇÃO.

3. Não esquecer que o destinatário e o remetente **devem** ser escritos em letra bem legível, de preferência em maiúsculas.

PREÇO DAS ASSINATURAS

12 NÚMEROS

Portugal e Espanha	300\$00
Outros países (excluindo França, Alemanha, Bélgica, Luxemburgo, Holanda, Suíça e Inglaterra)	400\$00

As importâncias das assinaturas podem ser enviadas em escudos ou no correspondente aproximado em moeda estrangeira.

MUITO IMPORTANTE

- A expedição da revista para fora de Portugal é feita por via aérea. Nos preços das assinaturas estão incluídos os portes de correio.
- Sempre que mude de residência ou deseje receber a revista noutra local, comunique o mais rapidamente possível.
- Nas renovações de assinatura, informe, sempre que possível, desde quando é assinante.

Queiram enviar-me mensalmente a revista «25 de Abril» da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Emigração. Para o efeito, envio a importância de\$..... (.....)

NOME

MORADA

LOCALIDADE

PAÍS

Preencha este cupão, recorte-o pelo tracejado e envie-o, juntamente com a importância respectiva para:

**SECRETARIA DE ESTADO
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
E DA EMIGRAÇÃO**

**Palácio das Necessidades, 1.º Piso
Largo do Rilvas
Lisboa-Portugal**

